

**NÚCLEO HISTÓRICO DA AVENIDA
BARÃO DO RIO BRANCO
(PARQUE HALFELD E LARGO DO
RIACHUELO)**

Nota Prévia de Pesquisa

Patrícia Falco Genovez

**JUIZ DE FORA - MG
CLIO EDIÇÕES ELETRÔNICAS
1998**

FICHA CATALOGRÁFICA

GENOVEZ, Patrícia Falco. **Núcleo Histórico da Avenida Barão do Rio Branco (Parque Halfeld e Largo do Riachuelo)**. Nota prévia de pesquisa. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 1998. 51 p. (História e Arquitetura de Juiz de Fora, 9)

<http://www.ufjf.br/~clionet/bvhbr>

1. História de Juiz de Fora
2. História Urbana
3. Patrimônio Histórico

Clioedel

- Clio Edições Eletrônicas -

Projeto virtual do Arquivo Histórico da UFJF

E-mail: clionet@cpd.ufjf.br

<http://www.ufjf.br/~clionet/clioedel>

Endereço para correspondência:

Arquivo Histórico da UFJF

Prédio do CDDC - Campus Universitário

Juiz de Fora - MG - Brasil

CEP: 36036-330

Fone: (032) 229-3750

Fax: (032) 231-1342

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Reitora: Profa. Maria Margarida Martins Salomão

Vice-Reitor: Paulo Ferreira Pinto

Pró-Reitor de Pesquisa: Prof. Dr. Murilo Gomes de Oliveira

Diretor da Editora: Prof. Galba Ribeiro Di Mambro

SUMÁRIO

Apresentação	03
Aspectos Históricos	11
Fontes	41
Anexos:	
Anexo 01	43
Anexo 02	44
Anexo 03	45
Anexo 04	47
Anexo 05	49
Anexo 06	50

APRESENTAÇÃO

O texto histórico elaborado por **Patrícia Falco Genovez** para o trabalho *Núcleo Histórico da Avenida Barão do Rio Branco (Parque Halfeld e Largo do Riachuelo)*, nono volume da Coleção História e Arquitetura de Juiz de Fora, foi o resultado do trabalho de pesquisa desenvolvido por uma equipe composta pela professora Mestre **Leda Maria de Oliveira**, responsável pela parte referente à História Oral; pela consultora em História da Arte, professora Mestre **Maraliz de Castro Vieira Christo**, do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e por duas estagiárias do Curso de História da UFJF, **Daniella Pires de Freitas** e **Raquel Pereira Francisco**.

Uma outra equipe, de arquitetos e urbanistas, complementa o trabalho realizado: **Raquel de Oliveira Fraga**, arquiteta; **Mônica C. Henriques Leite**, estagiária; Professora Mestre **Maria Julieta Nunes de Souza**, consultora na área de arquitetura e urbanismo, do

Departamento de Arquitetura da UFJF; e dois consultores externos: Professor Mestre **Antônio Pedro de Alcântara** e Professora Doutora **Dora Monteiro de Alcântara**. Um funcionário do Instituto de Pesquisa e Planejamento (IPPLAN), o arquiteto **Paulo Gawryszewski**, complementa a assessoria por parte da Prefeitura.

A pesquisa integra o projeto *Cidade Humana* da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora (IPPLAN) em parceria com a UFJF. Este projeto tem, entre outros objetivos, o tombamento de, aproximadamente, 170 imóveis. A Fundação Centro Tecnológico (FCT) da UFJF é a responsável pelo gerenciamento financeiro deste projeto, resguardando os direitos dos pesquisadores envolvidos. Os coordenadores são, por parte da Prefeitura, o Diretor de Planejamento do IPPLAN **Álvaro Henriques Giannini** e, por parte da UFJF, o Diretor da Faculdade de Engenharia, na ocasião o Professor **Júlio César da Silva Portela**.

É de fundamental importância esclarecer que as construções abordadas na presente obra fazem parte de um inventário produzido pela empresa *Século XXX*. Para cada um dos imóveis relacionados no inventário, abriu-se um processo, contendo justificativas históricas e arquitetônicas elaboradas com o intuito de instruí-lo. Posteriormente, os processos são encaminhados à Comissão Permanente Técnico-Cultural (CPTC) que emite, ao Prefeito, o parecer sobre o tombamento ou não do imóvel.

Tendo em vista o prazo de razoabilidade estabelecido pelo Departamento Jurídico da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, as equipes, de Arquitetura e História, tiveram quatro meses para finalização das justificativas. Tal realidade de trabalho nos forçou a estabelecer uma metodologia: os imóveis em processo de tombamento foram, portanto, divididos em grupos cujas características históricas apresentam um fio condutor direcionado por aspectos culturais, sociais e

geográficos.

Assim, a parte das justificativas elaboradas pela Equipe de História para os processos acompanha o desenvolvimento histórico da cidade de Juiz de Fora de forma cartográfica. Ou seja, a partir de um mapa, foram identificados grupos de edificações que apresentam características históricas específicas e os vários diálogos com o todo já configurado na cidade.

Essa metodologia, além de facilitar o trabalho das equipes e da própria Comissão que relata os processos, é fundamental para que os imóveis não sejam avaliados de forma isolada, o que diminui drasticamente seu valor histórico. Sem a visão de conjunto e do contexto no qual o imóvel encontra-se inserido, é quase impossível reconhecer seu valor enquanto repositório da história do local onde foi edificado e do próprio município. Fatores extremamente importantes para a definição da identidade dos cidadãos de nossa cidade.

Uma identidade capaz de nos conferir a cidadania

enquanto juízes e, num plano mais amplo, enquanto brasileiros. Cidadania da qual a CPTC, juntamente com o Prefeito, se tornaram guardiães. De suas decisões de tombamento ou não, depende a formação de nossa identidade e, por conseguinte, de nossa cidadania. As edificações em processo de tombamento são documentos que testemunham a nossa história. Documentos que não estão guardados em museus ou bibliotecas, estão em nossas ruas à vista daqueles que aqui moram e dos que nos visitam.

Em virtude do tempo reduzido para a elaboração das justificativas acordou-se com o IPPLAN que não seriam feitas as justificativas de prédios públicos e eclesiásticos, assim como das fazendas que circundam o município. O trabalho, portanto, voltou-se para as edificações privadas, localizadas no centro urbano, ficando os demais prédios para um trabalho posterior. Durante o tempo determinado para realização do trabalho, foram feitas algumas exceções, dada a

urgência jurídica de alguns processos. Por isso, alguns deles tiveram que ser trabalhados fora do conjunto no qual estavam inseridos, como por exemplo, a Vila Spinelli (rua Espírito Santo), o armazém do Senhor Manoel Ferreira (avenida Rio Branco) e uma casa na rua Bernardo Mascarenhas. Todos esses imóveis integrarão, na forma de anexo, o texto referente ao conjunto no qual cada um se encaixa. Quanto aos demais, estabeleceu-se os seguintes grupos a serem trabalhados e que foram entregues à Divisão de Patrimônio Arquitetônico e Cultural (DIPAC), nas datas respectivas:

- 1) Praça da Estação (12/04/1998);
- 2) Ruas Marechal Deodoro e Halfeld, parte baixa (01/05/1998);
- 3) Ruas Marechal Deodoro e Halfeld, parte alta (19/05/1998);
- 4) Rua Batista de Oliveira (parte central) e avenida Getúlio Vargas (10/06/1998);
- 5) Bairro Granbery, compreendendo as ruas

Antônio Dias, Batista de Oliveira (depois da avenida Independência), Sampaio e Barão de Santa Helena (14/07/1998);

6) Rua Espírito Santo (14/07/1998);

7) Alto dos Passos: avenida Barão do Rio Branco, ruas Moraes e Castro e Osvaldo Aranha (17/08/1998);

8) Avenida Barão do Rio Branco a partir do Parque Halfeld até o Largo do Riachuelo (17/08/1998);

9) Rua Bernardo Mascarenhas, avenida dos Andradas e bairro Mariano Procópio (17/08/1998).

Ressaltamos, ainda, que o conhecimento produzido (as justificativas históricas e arquitetônicas) a partir desse esforço de pesquisa será, posteriormente, reavaliado e, até mesmo, complementado tendo em vista os dados obtidos após sua formulação. Ele integrará a Coleção *História e Arquitetura de Juiz de Fora*, lançada com o intuito de incentivar novas pesquisas, uma vez que levanta pontos e lacunas importantes da história da cidade de Juiz de Fora, do final do século

XIX até metade do século XX. Além disso, levanta questões pertinentes em relação à história arquitetônica da cidade. Pode-se, a partir desse trabalho, pensar tais imóveis num outro recorte com uma perspectiva voltada, por exemplo, para a evolução arquitetônica dos prédios em processo de tombamento. Enfim, muitas alternativas se abrem para futuras pesquisas seja na área de história, seja na área de arquitetura ou mesmo de um diálogo frutífero entre ambas.

Chamamos a atenção para o fato de que os textos serão publicados como notas prévias de pesquisa, tendo em vista que os mesmos não apresentam qualquer alteração em relação ao conhecimento produzido e entregue à DIPAC (órgão competente da Prefeitura responsável pelos processos de tombamento). Houve apenas uma edição mudando o *layout*: duas colunas e formato paisagem. Além disso, em cada processo de tombamento, montado pela DIPAC, segue, além do texto referente aos aspectos históricos, a descrição

pontual do respectivo imóvel. Nesta publicação, as várias descrições arquitetônicas aparecem reunidas. No tocante à parte arquitetônica, os textos básicos desenvolvidos pelas professoras Maraliz de C. Vieira Christo e Maria Julieta Nunes de Souza, colocados na forma de anexo nos processos entregues à DIPAC, foram publicados à parte.

Finalmente, cabe-nos realçar as várias pessoas e instituições que contribuíram para esta pesquisa, recebendo a equipe de história com distinção, profissionalismo e simpatia. Nosso agradecimento também se estende a todos que, gentilmente, contribuíram através de seus relatos e depoimentos. Aceitando o risco de esquecer de algum colaborador, gostaríamos de citar cada uma das instituições e pessoas que tanto colaboraram para este trabalho:

- ao ARQUIVO HISTÓRICO DA UFJF na pessoa do seu diretor Professor Galba Ribeiro Di Mambro e da funcionária e historiadora Carla Suely

Campos;

- ao ARQUIVO HISTÓRICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA na pessoa do seu diretor Antônio Henrique Lacerda e pela colaboração de seus funcionários e historiadores: Elione Silva Guimarães e Francisco Carlos Limp Pinheiro;

- à BIBLIOTECA MUNICIPAL MURILO MENDES, pela colaboração de sua funcionária e historiadora Heliane Casarim Henriques;

- ao MUSEU MARIANO PROCÓPIO, na pessoa de seu diretor Dr. Antônio Carlos Duarte e pela colaboração dos funcionários: Maria de Fátima Araújo Aguiar, Carlos Henrique Saldanha, Rita de Cássia de Andrade Procópio, Eneida Maria de Miranda e Aloísio Arnaldo Nunes de Castro;

- ao ARQUIVO DORMEVILLY NÓBREGA, pela colaboração e simpatia com que recebeu a equipe de história, especialmente ao seu organizador, o jornalista, historiador, cronista, pintor, cantor,

humanista... senhor Dormevilly Nóbrega;

- à CASA DE ANITA na pessoa do Dr. Marcelo Mega;

- à Divisão de Comunicação da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora (DICOM) e aos funcionários que, gentil e pacientemente, atenderam às estagiárias, na busca incansável de processos de construção;

- à Secretaria da SOCIEDADE BENEFICENTE DE JUIZ DE FORA que, gentilmente, abriu-nos as portas de seu arquivo;

- ao INSTITUTO GRANBERY, pela grande colaboração de seus funcionários do Arquivo Documental Dr. Lander: Professor Ernesto Giudice Filho e Professora Soraia Maria Lopes da Silva;

- à Diretoria da CASA ESPÍRITA, na pessoa da senhora Aelce Horácio Souza;

- ao MINISTÉRIO DA MEMÓRIA DA IGREJA METODISTA, pela colaboração do senhor Paulo Lima;

- à ASSOCIAÇÃO COMERCIAL pela

colaboração de seus diretores e funcionários;

- ao ARQUIVO DO SEMINÁRIO SANTO ANTÔNIO, pela colaboração da funcionária Ozana de Fátima Paiva Cabral Silva e da Professora Beatriz de Vasconcellos Dias de Miranda;

- à SECRETARIA DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO de Juiz de Fora;

- à EMPRESA A & S SOFTWARE Ltda., pela assistência na digitalização das fotografias e mapas e pela colaboração valiosa prestada por Adriano Braz Falco Genovez e Silene M. Felizardo Genovez.

Às pessoas que aceitaram dar seu depoimento, contando sobre a história da cidade, toda nossa estima. São elas: Sr. Oswaldo Costa (“Congo”); Dr. Antônio Fernando Vieira Braga, Dr. José João Mokdeci; senhora Mounira Haddad Rahmn, senhor Luiz Carlos Fazza; senhor Alberto Surerus Moutinho (por ter recolhido informações com outros funcionários do Banco do Brasil: Ary Geraldo, Leon Pereira Nehrey, Édson Mega

e Mauro Lucci) e pela entrevista e disponibilidade em abrir seu arquivo pessoal de fotos da cidade; senhor Manoel Borges de Carvalho; senhor José Márcio Peralva; senhor Moysés A. Arbex; Doutor Alberto Arbex; senhora Nual Krayem Arbex; senhora Nabia Farage Miana; senhora Amélia Sfeirr Feres; senhora Cléa Feres Nacif; senhora Ináh Mello de Carvalho; jornalista Mário César Manzolilo de Moraes; senhor Fúlvio Marcos De Landa Júnior; jornalista Natalle Chianello (Natálio Luz); senhor Nildo Tavares; senhor Sebastião Garibaldi Pifano; senhor Luarino Cortes Carvalho; senhora Maria Teresa Merhi Abi-Nasser; Dr. Edelo Abraham Assad; Dr. Rubem Sottomayor; senhora Inês Ciuffo; historiadora Valéria Ferenzini; escritora Cleonice Rainho Thomaz Ribeiro; Dr. Manoel Monachesi; senhor Nilton Soranço; senhor Mário Soranço; senhora Gioconda Soranço; senhor Sebastião Tomaz; senhora Vânia Maria Moreira Ranzoni; senhora Maria da Glória Moreira Ranzoni; senhora Delourdes

Conceição Pratini de Almeida; senhor Antônio Vidal Campante; senhora Maria Ignez Michels; senhora Aelce Horácio de Souza; senhor Demétrio Pável Bastos; Padre David José Reis; artista plástica Nívea Bracher; doutor José Carneiro Gondin; senhora Jahira Mattos de Medeiros; doutor Waldemar Medeiros; Padre e Professor Mestre Afonso Henrique Hargreaves Botti; senhor Dormevilly Nóbrega; Irmã Maria Helena Souza de Faria; psicóloga Maria de Lourdes Mascarenhas; Dr. Roberto Villela Nunes; Dr. Hermenegildo Villeça Freitas; senhora Lucy Junqueira Costa Reis; senhora Maria José Junqueira Villela de Andrade; Senhora Cristina Ribeiro de Castro; senhora Yolanda Maria Junqueira Villela de Andrade Melo; professora Sílvia Maria Belfort Villela de Andrade; professora Vanda Arantes do Vale; senhora Alice Salzer Rodrigues e Sr. Antenor Salzer Rodrigues.

Com todos tivemos a oportunidade de aprender muito mais do que história. Através de seus relatos e dos

contatos estabelecidos, todos, indistintamente, nos ensinaram preciosidades, contando sobre suas experiências de vida. A esses, que já consideramos amigos, nosso imenso carinho.

Um agradecimento especial se faz necessário ao Professor Galba Ribeiro Di Mambro, já mencionado enquanto diretor do Arquivo Histórico da UFJF, que prestou seu total e irrestrito apoio à publicação propondo, inclusive a formação da presente coleção. O Professor Galba, diretor da Editora Clio Edições Eletrônicas, tem nos orientado na edição e constituição da coleção *História e Arquitetura de Juiz de Fora*.

Outro agradecimento especial cabe-nos fazer às estagiárias da equipe de história que demonstraram uma dedicação que vai além do profissionalismo. Daniella Pires de Freitas e Raquel Pereira Francisco que trabalharam além das horas propostas, levantando dados e percorrendo arquivos, por respeito e amor à história. Elementos que em nenhum momento faltaram à

Professora Leda Maria de Oliveira, incansável nas entrevistas e contatos. Do convívio diário com Leda, Daniella e Raquel ficou a grande lição de que um bom trabalho começa sempre com a humildade e a verdade, numa busca constante e honrada pela dignidade profissional do historiador.

Enfim, muitos obstáculos e problemas estiveram à nossa frente, formando barreiras por vezes quase intransponíveis. Por todos os desafios superados, fica apenas a certeza de que, através de nossa força, o poder de Deus se fez presente.

Patrícia Falco Genovez

ASPECTOS HISTÓRICOS

Patrícia Falco Genovez¹

¹ Doutoranda no programa de Pós-graduação da Universidade Federal Fluminense, membro do Núcleo de História Regional da UFJF, membro do Conselho Editorial da Revista Eletrônica de História do Brasil (<http://www.ufjf.br/~clionet/rehb>), historiadora responsável pela elaboração final do texto histórico para instrução de processos de tombamento, junto à Prefeitura Municipal de Juiz de Fora.

O passado é um livro imenso cheio de preciosos tesouros que não se devem desprezar, e toda a terra tem sua história mais ou menos poética, suas recordações mais ou menos interessantes, como todo coração tem suas saudades.

*Joaquim Manuel de Macedo
“Um passeio pela Cidade do Rio de Janeiro”*

A frase de Joaquim Manuel de Macedo transcrita no livro de Míriam Travassos, sobre a Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora, nos serve de alerta para a defesa de nossa história como elemento e emblema vivo de nossa identidade.² O núcleo histórico do Parque Halfeld é o coração desta cidade, por isso, a ele devemos nossa reverência. Nele está plantada nossa alma. Neste espaço físico de nossa memória, estão concentrados todos os traços que marcam nosso perfil de cidadãos juizforanos. Numa visão cartográfica da cidade, ele se comporta como uma das bases do tripé que sustenta

² TRAVASSOS, Míriam. **Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora:** uma reportagem para a História. Juiz de Fora: Esdeva, 1973. p. 09.

nosso centro urbano, juntamente com a Praça da Estação e Praça Antônio Carlos.

Nascido, posteriormente, aos demais núcleos de povoamentos, como o Morro da Boiada, da Tapera, Alto dos Passos e aquele desenvolvido nas proximidades da fazenda do Juiz de Fora, este local (o Parque Halfeld) foi escolhido para congregar os principais centros de poder: o religioso, através das igrejas que foram erguidas nas imediações (São Sebastião e a Matriz); o político (Câmara Municipal) e o econômico (onde se concentravam as relações comerciais do município). Era, neste primeiro momento de nossa história, o elo integrador das várias populações que já se desenvolviam. Mais ou menos depois de 150 anos de história, continua a sê-lo. Situa-se, lá, o marco divisor de nossa cidade: a rua Halfeld. Neste aspecto, nos rendemos à magnífica descrição de Pedro Nava, o memorialista que melhor define “nosso coração”, ao mesmo tempo partido e elo integrador; que marca as

diferenças e serve de abrigo para suas mais tênues fronteiras:

A rua Halfeld desce como um rio, do morro do Imperador, e vai desaguar na Praça da Estação. Entre suas margens direita e o Alto dos Passos estão a Câmara; o Fórum; a Academia de Comércio, com seus padres; o Stella Matutina, com suas freiras; a Matriz, com suas irmandades; a Santa Casa de Misericórdia, (...); a Cadeia, com seus presos; toda uma estrutura social bem pensante e cafardenta que, se pudesse amordaçar a vida e suprimir o sexo, não ficaria satisfeita e trataria ainda, como na frase de Rui Barbosa, de forrar de lã o espaço e cair a natureza de ocre. Esses estabelecimentos tinham sido criados, com a cidade, por cidadãos prestantes que praticavam ostensivamente a virtude e amontoavam discretamente cabedais que as gerações sucessivas acresciam à custa do juro bancário e do casamento consangüíneo. Já a margem esquerda da rua Halfeld

*marcava o começo de uma cidade mais alegre, mais livre, mais despreocupada e mais revolucionária. O Juiz de Fora projetado no trecho da Rua Direita era, por força do que continha, naturalmente oposto e inconscientemente rebelde ao Alto dos Passos. Nele estavam o Parque Halfeld e o Largo do Riachuelo, onde a escuridão noturna e a solidão favorecia a pouca vergonha.*³

O coração de nossa cidade não nasceu austero, mas brincalhão. Se tornava alegre e festivo, quando lá se instalavam as companhias de circo de cavalinhos, touradas ou cavalhadas.⁴ O atual Parque Halfeld foi a primeira Praça Municipal:

Ajardinado o terreno, por proposta do Dr. Marcelino de Assis Tostes, passou

³ NAVA, Pedro. **Baú de Ossos**. Memórias 1. 6. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983. p. 20 e 21.

⁴ OLIVEIRA, Paulino de. **História de Juiz de Fora**. 2. ed. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 1966. p. 105. Ver também PASSAGLIA, Luiz Alberto P. **Preservação do Patrimônio Histórico de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Esdeva, 1982. p. 80.

*a chamar-se Jardim Municipal, reformado em 1911, pelo Coronel Francisco Mariano Halfeld, recebeu o nome de Praça Coronel Halfeld. 21 anos depois sofreu novas reformas, já então era Parque Halfeld.*⁵

Com o ajardinamento, em 1880, o então largo da Câmara deixou de ser o centro, por excelência, do convívio social dos juizforanos. Os espetáculos e a Mercado foram transferidos para outra praça, no terreno pertencente ao tenente Antônio Dias Tostes. Foi apenas em 1888, que a construção da Biblioteca Municipal, proposta do vereador Fonseca Hermes, foi efetuada.⁶ Completava-se, portanto, a dimensão social e cultural deste espaço, formado pelo antigo Fórum e Igreja de São Sebastião e, posteriormente, pelo prédio das repartições municipais. Construções públicas e eclesiástica que serão devidamente analisadas num trabalho posterior.

⁵ ARQUIVO DORMEVILLY NÓBREGA. NÓBREGA, Dormevilly (org).

Álbum Juiz de Fora em dois tempos.

⁶ OLIVEIRA, P. op. cit., p. 107 e 153.

Nesta parte da rua Direita (Barão do Rio Branco a partir de 18/10/1912) concentravam-se grande parte do comércio original da cidade, espalhando-se entre as ruas Halfeld e Marechal Deodoro: a primeira, luxuosa e requintada, a segunda, com um comércio voltado para a classe menos abastada. Neste aspecto, diferenciava-se por demais do núcleo de povoamento surgido ao Alto dos Passos. Local onde residiram várias famílias de eminente poder político e econômico, representantes dos troncos familiares que primeiro firmaram raízes no município.

O local onde está instalado o Parque Halfeld, encontra-se intrinsecamente ligado aos primeiros momentos da nossa história. Faz-se necessário, portanto, um breve retrospecto. O pequeno povoado nasceu com o Caminho Novo aberto por Garcia Rodrigues Paes e Domingos Rodrigues. Uma picada que

ia da Borda do Campo até a Raiz da Serra.⁷

O Caminho Novo para as minas de ouro que foi aberto entre a porta da Matriz de Santo Antônio de Paraíba do Sul, isto é, a banda de cá da chamada Serra de Petrópolis, até a Borda do Campo (Barbacena), é a entrada das Minas. Nesta entrada surgiram vários povoados. O primeiro povoado que se tem notícia foi fundado no Morro da Boiada com a criação de uma capela com o nome de Santo Antônio. Essa foi a origem da atual cidade de Juiz de Fora. Esse povoado do Alto dos Passos ficava na região que compreende, hoje, o Alto dos Passos, Santa Cecília, alto da avenida Barão do Rio Branco, o Cruzeiro do Sul, antiga Bomba de Fogo. Essa primeira povoação se formou a partir da abertura, pelo velho Halfeld, da variante que vai do Caminho Novo. Essa ia do Retiro dos Caetés (Retiro) até

⁷ ARQUIVO DORMEVILLY NÓBREGA. **Rua Halfeld**. (Coleção), n. 1, s/d. p. 25. Ver também FARIA, Sheila de Castro. Fortuna e família no Bananal no século XIX, In: CASTRO, H. **Resgate**. Uma janela para o oitocentos. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995. p. 68. A construção do Caminho Novo diminuiu em muito o trânsito de pessoas nos núcleos localizados nos limites paulista que passaram a constituir o Caminho Velho.

*a Tapera (região onde, hoje, se localiza o Cemitério Parque da Saudade). Além do povoado do Morro da Boiada, outros foram surgindo, a partir de posseiros, como por exemplo, aquele localizado na Tapera.*⁸

Em relação à região como um todo, Garcia Paes obteve a concessão de quatro sesmarias de terra. A patrulha do Caminho era realizada pelo Alferes Joaquim José da Silva Xavier (Tiradentes) e o responsável pela guarda dos mantimentos era o tenente-coronel Manoel do Valle Amado. Outras concessões de sesmarias na localidade foram para José Vidal Barbosa Lage, em 1781, possuidor de (...) *avultada fábrica de escravos sem ter terras em que os ocupe para o exercício da Agricultura (...)*, e para Domingos Vidal Lage, em 1784.

⁸ Depoimento concedido pelo Padre e Professor Mestre Afonso Henrique Hargreaves Botti, em 02/07/1998, à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira. Os mesmos dados já haviam sido colocados no depoimento do senhor Dormevilly Nóbrega, concedido em 01/07/1988, à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira.

Também foram concedidas sesmarias para Antônio Dias Tostes, para o capitão Manuel do Valle Amado e para Nicolao Antônio Nogueira Valle de Mello e Gama. O grande possuidor de sesmarias foi sem dúvida o inconfidente José Ayres Gomes, alcançando mais de quarenta nas *Minas Geraes*, imensidão de terras que ia da Mantiqueira até o Paraibuna. Todas as sesmarias foram concedidas com o firme propósito de se cultivar mantimentos e servir de paragem para os viajantes.¹⁰ A exemplo do que ocorreu com a primeira fase de ocupação do Vale do Paraíba paulista e fluminense, o povoamento também foi disperso e se baseou em lavoura de subsistência.¹¹

Um outro grande sesmeiro, talvez um dos primeiros, foi João de Oliveira, um funcionário do

⁹ ESTEVES, A. *Álbum do Município de Juiz de Fora - 1915*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1915. p. 26 a 35.

¹⁰ Idem.

¹¹ FARIA, Sheila. op. cit., p. 68.

governo, residente no Rio de Janeiro. Essa sesmaria de terra ficava logo após a de José de Souza Fragozo, conhecida como Marmelo, de 1708. As terras de João de Oliveira ocupava a área do bairro Bom Pastor ao Mariano Procópio, abrangendo grande parte da avenida Barão do Rio Branco, inclusive o Parque Halfeld e o Largo do Riachuelo. *A Carta de Sesmaria de 15 de janeiro de 1710 atribuía-lhe a medida de uma légua e meia, medida que foi reduzida a 3 de agosto de 1712, para uma légua em quadra. (...) Em seguida vinha a sesmaria do Alcaide.*¹² Em 1713 João de Oliveira

vendeu para Luiz Fortes Bustamante e Sá a sesmaria. Lá Bustamante fundou, na atual avenida 7 de Setembro, [nas proximidades da Boite Sayonara], a Fazenda Velha [1713-1728], que foi desmanchada na década de 40. Bustamante ocupava o cargo jurídico de juiz de fora, maneira como ficou conhecido. Por ser uma pessoa

¹² LESSA, Jair. *Juiz de Fora e seus pioneiros*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1985. p. 25.

*naturalmente importante em torno de sua fazenda apareceram várias vendas. Em Minas não tem venda propriamente, mas lojas com quatro portas onde se vende de tudo: roupa, linha, dedal, cachaça, feijão, fubá, fumo, etc. As vendas funcionavam, também, como taberna. As pessoas desses vários povoados quando iam às compras naquelas vendas, em torno da fazenda de Bustamante e Sá, diziam: ‘nós vamos ao juiz de fora’. Foi esta tradição oral que se impôs ao nome original da Vila de Santo Antônio do Paraibuna do Morro da Boiada. Tanto que, quando foi elevada à Vila, em 1850, aparece no texto da lei: elevada a Vila de Santo Antônio do Paraibuna do Morro da Boiada do Juiz de Fora.*¹³

¹³ Depoimento concedido pelo Padre e Professor Mestre Afonso Henrique Hargreaves Botti, em 02/07/1998, à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira. Conforme LESSA, J. op. cit., p. 26 e 27, em 1719 já vemos aparecer “Juiz de Fora” como indicação locativa, em documento oficial de 1 de agosto: uma determinação do Governador Conde de Assumar, recomendando que “todos os moradores do Caminho Novo tivessem mantimentos prontos para as tropas de cavalos que vêm para estas minas, assim para os cavalos como para os soldados”. Referia-se às duas Companhias de Dragões que viriam de Portugal. E enfatizava os trechos principais: “... desde a Serra do Mar até José Severino..., desde José Severino até os Três irmãos..., dos três irmãos até o Juiz de Fora..., desde o Juiz de Fora até o Azevedo..., desde o Azevedo até a

A localidade até 1850 pertenceu à cidade de Barbacena e, na primeira descrição de um viajante, citado por Albino Esteves, não parecia nada animadora. As imediações da fazenda do Juiz de Fora, onde, provavelmente, se estabeleceu o centro da cidade, foram assim descritas:

*A uma légua e três quartos de Marmelo, encontra-se a pousada de Juiz de Fora, nome que, sem dúvida, provém do cargo que ocupava seu primeiro proprietário. Da venda de Juiz de Fora tem-se diante dos olhos encantadora paisagem. (...) Mais longe vê-se uma capela abandonada e as ruínas de um engenho de açúcar.*¹⁴

Borda do Campo (Barbacena). O mesmo pode ser visto no Itinerário-Geográfico do Cristão-Novo Francisco Tavares de Brito, obra rara impressa em 1732. Ver também ARQUIVO DORMEVILLY NÓBREGA. **Rua Halfeld.** op. cit., p. 25. Referência à lenda de que Santo Antônio, com a construção de uma igreja nova, sempre fugia e voltava para a capela do Morro da Boiada. Ver também GOMES, Lindolfo. **Contos Populares.** Rio de Janeiro: Melhoramentos, s/d. p. 84.

¹⁴ ESTEVES, A. op. cit., p. 46.

Antes da emancipação da Vila, em 1836, o Governo da Província contratou o engenheiro Henrique Guilherme Fernando Halfeld para abertura de um caminho que fosse de Vila Rica a Paraibuna. Construído numa várzea, acabou atraindo os moradores já instalados nos locais mais afastados, conforme já exposto acima.¹⁵ Toda a área, da avenida Rui Barbosa ao bairro Bom Pastor, pertencente a Bustamante e Sá, foi vendida por seu genro, o Desembargador e Juiz do Fisco Roberto Carr Ribeiro que, dez anos depois (1737), a vendeu ao espano-lusitano Antônio Vidal. Entre os anos de 1756 a 1764 Antônio Vidal conseguiu comprar

¹⁵ Conforme VALE, Vanda Arantes do. “Juiz de Fora Manchester Mineira”... **III Encontro da Associação de Estudos Brazilianistas.** Cambridge (Inglaterra), 1996. (mimeo) p. 5, *as obras trouxeram, como consequência, o abandono do povoado no morro da Boiada, atual Bairro Santo Antônio, vindo os habitantes a se concentrarem na região do novo traçado da estrada, hoje Alto dos Passos. A nova aglomeração, Santo Antônio do Paraibuna, expandiu-se rapidamente, gerando necessidades de urbanização e saneamento. Nos arredores do povoado, o café, vindo do Vale do Paraíba passou a ser cultivado como em outros pontos da Mata Mineira. A aglomeração cresceu em função da prestação de serviços à economia cafeeira. Elevada a vila em 1850, a povoação já era cidade em 1856, com vários distritos.*

as terras dos herdeiros do Alcaide-mor Tomé.

Vinte anos depois, o governador da província assinou três cartas de Sesmarias para os filhos de Antônio Vidal: uma nos fundos da Fazenda do Juiz de Fora para José Vidal; outra nas proximidades para Domingos Vidal e a terceira no local onde construiu-se a Fazenda do Ribeirão das Rosas. Em 1798 Antônio Dias Tostes recebe uma sesmaria nesta localidade e em 1808 adquire do cunhado de Antônio Vidal, uma parte da fazenda de Marmelo. Em 1812 o herdeiro universal da família Vidal, vende as Fazendas do Juiz de Fora e de Marmelo a Antônio Dias Tostes.¹⁶ O filho homônimo casou-se com Rita de Cássia F. de Assis e mais tarde comprou a fazenda da Tapera (1879). Toda a área pertenceu aos seus treze herdeiros. É corrente na historiografia que muitos dos grandes proprietários

¹⁶ LESSA, J. op. cit., p. 27 a 31. Bustamante e Sá teria deixado a fazenda para seu genro em virtude de alguns atritos com o proprietário da sesmaria vizinha, José de Souza Fragozo (Marmelo). Para resolver os problemas o rei de Portugal, a pedido do governador da província, expulsou Bustamante de

doavam terras com o intuito de iniciar um povoamento, tornando-se um benfeitor local, cujo interesse era evidente: (...) *o valor de suas terras aumentavam se nelas prosperava um povoado; os habitantes do povoado dependiam totalmente dele, de seu amparo, e engrossavam as fileiras de seus agregados; era ele a única autoridade e o único defensor local.*¹⁷

Essa foi a lógica utilizada por certos benfeitores da cidade. Nesse sentido, é importante colocarmos alguns exemplos ilustrativos, principalmente, porque referem-se às grandes famílias que se sobressaíram na história da origem da cidade. O engenheiro Henrique Halfeld, que traçou a rua Direita, acabou fixando-se na cidade ao casar-se, em segundas núpcias, com uma das filhas de Antônio Dias Tostes, Cândida Maria Carlota.¹⁸ Ligando-se a uma família original da

Minas.

¹⁷ QUEIROZ, Maria Isaura P. de. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. p. 39.

¹⁸ O casamento nesse caso foi um fator essencial para aceitação do engenheiro

localidade a casa de Halfeld tornou-se um ponto de encontro para a comunidade onde (...) *quase todas as noites se dirigiam em serenatas os moradores da banda da várzea...*¹⁹

Com uma família numerosa, oito filhos no primeiro matrimônio, sete no segundo e um no terceiro, foi possível realizar uniões que colaboraram para manter resguardada uma parte do patrimônio e da herança dentro da própria família e ao mesmo tempo realizar

Henrique Halfeld não apenas permitindo seu enraizamento na cidade como abriu-lhe as portas da política local. No caso de uma eleição para Câmara Municipal de Vereadores "*(...)somente os "homens bons" podiam dela participar; um forasteiro, um indivíduo que não se encontrasse integrado como parente ou agregado num sistema familiar (...); vivia à parte, desajustado e sem direito a coisa alguma*" (FARIA, S. op. cit., p. 85), condição na qual foi colocado o Comendador Mariano poderia ser observada. O acesso do Comendador Henrique Halfeld, por tabela, permitiu a eleição de vários de seus filhos à Câmara Municipal, não apenas do segundo como do primeiro matrimônio: Pedro Maria Halfeld, Antônio Amálio Halfeld e Bernardo Mariano Halfeld. Além dos filhos, a escolha dos genros e noras vieram complementar o acesso à política local e aumentar as posses da família com casamentos endogâmicos e alianças matrimoniais com sobrenomes de peso na localidade.

¹⁹ ESTEVES, A. op. cit., p. 53. A transcrição encontra-se numa carta enviada por Halfeld ao seu filho, contando do batisado do filho, nascido em seu segundo matrimônio. Através desta missiva percebe-se que o batisado foi motivo para agregação de várias famílias.

uniões com a política local.²⁰

*Casar bem a si próprio e as seus filhos constituía-se num dos pontos fundamentais do ciclo de vida familiar. Estabeleciam-se, com tais alianças, reciprocidades que alicerçavam o poder das famílias da região, em particular as mais ricas.*²¹

Este poder perfazia uma amálgama fundindo Halfeld, Tostes e os Ribeiro de Resende. Nomes de famílias influentes que, frequentemente, percorriam a Câmara

²⁰ GENOVEZ, Patrícia Falco. “Câmara de Compadres: relações familiares na Câmara Municipal de Juiz de Fora (1853-1889)”. **Locus: Revista de História**. V. 2, n. 2, EDUFJF/NHR, 1996. p. 61-79. Sendo assim, seu primeiro filho, Pedro Halfeld, casou-se com a sobrinha da segunda esposa. Bernardo Halfeld, segundo filho do segundo casamento, casou-se com uma sobrinha. Fernando e Dorothea, filhos do primeiro casamento, casaram-se com primos. Quatro casamentos em família e quatro com famílias que chegaram a ocupar a vereança. É evidente os nomes de genros e noras ligadas à política. Mas, a escolha destas famílias ocorreu em virtude da influência que já exerciam. Assim sendo, Francisco Halfeld tornou-se cunhado do vereador Modesto Camillo Campos, morador no local onde hoje é o bairro Granbery; Josefina casou-se com Altivo Silvino de Lima Mello, também vereador; Antônio tornou-se genro do coronel José Capistrano Barbosa e Emília nora do coronel José Ribeiro de Resende; os dois coronéis também foram vereadores.

²¹ FARIA, S. op. cit., p. 85.

Municipal.²² Reafirmavam seu poder através das benfeitorias que efetuavam na cidade. Os Halfeld e os Tostes foram os grande doadores de terrenos para abertura de ruas e estabelecimento de prédios públicos, como foi o caso do centro da cidade, onde se localiza o Parque Halfeld. Foram loteadas *vintes cordas acima e abaixo da estrada do rio Paraibuna, isto é, a atual avenida Barão do Rio Branco.*²³

²² Além de sogro de Emília Halfeld, o coronel José Ribeiro de Resende foi outro bom exemplo de como as relações familiares abriam as portas para a política e, conseqüentemente, para o poder. (NEEDEL, J. **Belle époque tropical**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993. p.147. "*A família Ribeiro de Resende, com origem na nobreza portuguesa (...), enriqueceu como proprietária de grandes áreas urbanas e rurais nas províncias de Minas Gerais e Rio de Janeiro, tendo grande prestígio na Corte. O patriarca, Marques de Valença, conquistou as graças do imperador (...)*") Sogro de uma sobrinha de Cândida e de Antônio Dias Tostes, Maria Carlota Mendes, o coronel se casou com uma Tostes, cujos primos, num total de dez, foram vereadores. Além dos primos da esposa, o coronel Rezende teve mais três primos na Câmara, um deles seu cunhado, um irmão e dois filhos vereadores. Seu segundo casamento abriu ainda mais o leque de ligações familiares e políticas. Camilla Ferreira era prima-irmã do Comendador Mariano; outros dois primos de Camilla também foram vereadores. ARQUIVO DORMEVILLY NÓBREGA. As referências genealógicas foram obtidas em: **Jornal Folha Mineira** (16/08/1956). BASTOS, Wilson de L. Um cidadão juizforano. Coronel José Ribeiro de Rezende (Barão de Juiz de Fora). BASTOS, W. de L. **Engenheiro Henrique Halfeld: sua vida, sua obra, sua descendência**. Juiz de Fora: Esdeva, 1975.

²³ ARQUIVO DORMEVILLY NÓBREGA. **Rua Halfeld**. (Coleção). n.1, s/d,

Outra família que podemos destacar é a de José Ayres Gomes, participante ativo da Conjuração Mineira. Dos seus vários netos, quatro nos chamam a atenção. Maria Carlota se casou com Manoel Vidal; Constança Duarte Lima deu origem aos descendentes das famílias Penido, Miranda Ribeiro, Lima Duarte e Andradas.²⁴ A terceira irmã de Carlota casou-se com o doutor João Nogueira Penido, com quem teve onze filhos²⁵; o

p. 25.

²⁴ Conforme GENOVEZ, Patrícia Falco. op. cit. A primeira filha de Constança se casou com o viúvo de sua tia Maria Carlota, Leandro Barboza. Sua segunda filha casou-se com Romualdo Cesar Monteiro de Miranda Ribeiro, vereador em Santo Antônio do Paraibuna, filho do Visconde de Uberaba. O filho de Romualdo casou-se com a tia materna, Ana Cândida de Lima. (Idem nota anterior). Romualdo depois de viúvo casou-se com a cunhada, Constança Duarte Miranda Ribeiro, irmã de Carlota. A família dos Monteiro de Miranda Ribeiro são primos dos Barros, dos Monteiro da Silva e dos Monteiro de Barros, cuja característica essencial foram os casamentos em sua grande maioria fechados dentro deste círculo. Na Câmara de Vereadores Romualdo C. M. de Miranda Ribeiro teve sete parentes: Germano Antônio Monteiro da Silva, Matheus Herculano Monteiro da Silva, casado com uma prima da família Barros, José Joaquim Monteiro da Silva, José Bernardino de Barros, Gabriel Horácio de Barros, Feliciano Pinto Monteiro e Joaquim Ildefonso Monteiro de Barros. (BROTERO, Frederico de Barros. **A família Monteiro de Barros**. São Paulo: s/ed., 1956.)

²⁵ Idem. O casamento entre o Doutor Penido e Maria Cândida Duarte foi favorecido pelo seu relacionamento do tempo de escola. Doutor Penido estudou com José Rodrigues de Lima Duarte, Feliciano Duarte Filho e Romualdo C. M. de Miranda Ribeiro, os dois primeiros se tornaram mais tarde

Comendador Francisco de Paula Lima, casou-se a primeira vez com a sobrinha Maria Cândida, e a segunda com a irmã de Romualdo César Monteiro de Miranda Ribeiro. O Comendador Paula Lima teve quatorze filhos de onde descendem os Paula Lima, os Miranda Lima e os Vidal Barboza Lage.²⁶

Um terceiro exemplo quanto a formação de famílias extensas a partir de doação de sesmarias de terra, ao longo do Caminho Novo, foi o caso de Manoel do Valle Amado, que já se encontrava na localidade

seus cunhados e o terceiro cunhado de Maria Cândida, irmã de sua esposa. Ver SILVA, José Bonifácio de A. **Os Penidos de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Cia. Dias Cardoso, 1945. p. 11. Sobre a importância dos laços de sociabilidade, favorecendo casamentos e abrindo portas na política ver MATTOSO, K. op. cit., p. 280.

²⁶ Idem. Foram dois os casamentos dentro da própria família: o de Maria José que se casou com Lucas Antônio Monteiro de Castro, Barão de Congonhas do Campo, filho de sua prima, Maria Carlota; e, Constança que se casou com Manoel Vidal Barbosa Lage, filho de sua prima Maria Perpétua. Um filho e um neto do Comendador casaram-se com famílias com título de nobreza. O filho Romualdo Cesar de Miranda Lima casou-se com uma das filhas dos Barões de Santa Justa, e o neto Miguel de Paula Lima com uma das filhas do Visconde de Ouro Preto. ESTEVES, A. op. cit., p. 35-36. Outra fonte de consulta foi o inventário do Comendador de Paula Lima, sob a forma tutelar, em razão dos filhos menores. Arquivo do Primeiro Ofício Cível, processo de inventário número 315 A 18.

bem antes dos demais proprietários. Manuel do Valle Amado era português e casou-se, em segundas núpcias, com Maria Córdula de Abreu e Melo, quarta neta de Fernão Dias Paes. Participou da fundação de Barbacena e era coronel do Regimento Auxiliar do Rio das Mortes, tinha sob o seu comando toda a região, de São Mateus, local onde tinha sua fazenda na então Vila de Santo Antônio do Paraibuna, até próximo a São João Del Rei.

²⁷ Um de seus filhos, seu homônimo, tornou-se presidente da Câmara na legislatura de 1857 a 1861. ²⁸

²⁷ CALMON, Pedro. **História de Minas e "Memórias" de Nogueira da Gama**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

²⁸ GENOVEZ, Patrícia Falco. op. cit. Quanto à influência política, além do filho, seu genro Barão de São Nepomuceno, também fez parte da Câmara Municipal. Seu genro chegou a presidência da província de Minas Gerais. Outros parentes também foram vereadores como José Maria Cerqueira Valle, José Calmon Nogueira da Gama e João Marciano de Cerqueira Leite. Dois de seus sobrinhos foram figuras proeminentes no Império, Nicolau Nogueira da Gama, Barão de Nogueira da Gama, foi mordomo da Casa Imperial (1868), o mais alto cargo da hierarquia do Paço e Braz Carneiro Nogueira da Costa e Gama conquistou o título de Conde de Baependi. O Visconde de Nogueira da Gama, quando ainda exercia o cargo de Camarista do Imperador, presidiu também o Cassino Fluminense, cujo acesso era considerado “(...)um título de sociabilidade.(...) Ali se formavam e se desfaziam amizades, se intrigavam políticas, se ensaivam namoros e se assentavam casamentos.” A filha do Visconde, casou-se com o Conde de Penamacor. (LYRA, H. **História de D. Pedro II (1825-1891)**). Belo Horizonte: Itatiaia, 1977. p. 31.)

Um ramo familiar que reuniu os Valle Amado, os Cerqueira Leite e os Nogueira da Gama. Para uma melhor visualização dos dados expostos acima, podemos perceber através do ANEXO 01 (Gráfico 01 e da Tabela 01) as ligações entre todas essas influentes famílias e a política local. A luta política estabelecida entre estas famílias podem ser melhor apreciados através dos dados do ANEXO 02. O endereço do embate, na rua Direita, no Lago Municipal (Parque Halfeld) dava uma dimensão simbólica ao local: ele era o próprio símbolo do poder, centro nervoso da vida da cidade. Lá, os sobrenomes influentes e poderosos desfilavam. ²⁹ Bem próximo, na rua Marechal Deodoro

²⁹ ESTEVES, A. op. cit., p. 159. A Avenida Rio Branco vai do largo do Riachuelo à chácara do finado Barão de Aquino, próximo ao Asilo de Mendigos (Lamaçal). A avenida Rio Branco, assim agora denominada por força da Resolução 672 de 18 de outubro de 1912, é a velha rua Direita e ainda a mais antiga estrada de rodagem; é a primeira em idade que possui em Juiz de Fora. É de 3.550, o número de metros em extensão. A Resolução 274 de 16 de agosto de 1894, assim dispôs: Art. 1º Fica decretada, por utilidade pública, a desapropriação dos terrenos da rua Direita entre o largo do Riachuelo e a Estrada de Ferro Central do Brasil. Art. 2º As despesas necessárias para a desapropriação correrão pela verba de desapropriação.

paravam os bondes. As linhas deste transporte dimensionam o que se entendia por centro urbano e a expansão da cidade.

Em 20/10/1880 o governo provinciano contrata com Eduardo Batista Fanno e Feliz Schimidt a instalação de linha férrea para o transporte de passageiros e cargas na área da cidade; em 02/11, mesmo ano, os dois interessados pedem licença à Câmara Municipal para acentar os trilhos dos carris urbanos ao longo da rua Direita. A cia. Ferrocarril Bond de Juiz de Fora, em 15/11/1881, inicia o acentamento dos trilhos entre a Ponte do Queiroz na rua Direita e o Largo da Estação, passando pela rua da Imperatriz [Marechal Deodoro]. Em 23/01/1887 é inaugurado novo trecho da linha de Bonde: Largo da Estação, Halfeld, Comércio, Espírito Santo, até ligar-se à linha já existente na rua Direita. O bairro da Tapera é beneficiado com linha de bonde em 22/07/1890. A Cia. Ferrocarril Bond de Juiz de Fora é transferida à Firma

Fritz, em 26/04/1897 e, em 28/02/1898 o acervo é adquirido pela Cia. Mineira de Eletricidade que ainda mantém os bondes de tração animal em funcionamento, desde 1881. Em 1906, no dia 06 de julho, circulam na cidade os primeiros bondes elétricos, partindo da ponte da rua Halfeld. São inaugurados em 06/03/1927 as linhas de Botanágua com dois ramais: Costa Carvalho e Vitorino Braga.³⁰

Arthur Azevedo relata, em 1889, numa carta enviada a um amigo, suas impressões sobre a rua Direita:

rua Direita, que principia neste Largo (Largo Municipal, no coração da cidade) e só termina lá no Alto dos Passos, é a mais importante da

³⁰ FONSECA, Walter. **Pequena enciclopédia da cidade de Juiz de Fora:** gente, fatos e coisas. São Paulo: Ícone Ed., 1987. p. 17. Sobre as linhas de bondes ver também ARQUIVO DA SOCIEDADE BENEFICIENTE DE JUIZ DE FORA. **Almanach de Juiz de Fora - 1898.** Organizado por Heitor Guimarães, Anno III. Juiz de Fora: Typographia Mattoso e Medeiros, 1898. p. 247. A linha de bonde que começava na rua Direita, no Alto dos Passos, terminava junto à Fábrica de Cerveja José Weiss.

cidade; é tão larga como os boulevards de Paris, e mais extensa que qualquer deles. Tem importantes edificações, está bem arborizada, de ambos os lados, e perfeitamente nivelada prestando assim, contra o costume que há no Brasil de se chamar direita à rua mais torta. Falta-lhe calçamento. Dei-o, e ela será uma formosa avenida. Juiz de Fora só tem, por bem dizer, quatro ruas, e eu já as vi todas: esta, a rua Halfeld, a da Imperatriz e a do Espírito Santo. Mas é inegável que a rua Direita vale por muitas. Nesta rua estão estabelecidas as duas folhas diárias O Pharol e o Diário de Minas.
31

Mais do que uma visão sobre o centro urbano da cidade, o autor da carta fala sobre a sociedade do local. O Teatro Juiz de Fora, depois com o nome de Teatro Novelli,

³¹ ARQUIVO DORMEVILLY NÓBREGA. Arthur Azevedo - Carta a um amigo: “Três dias em Juiz de Fora, 27/03/1889”. Publicada no Jornal *Novidade* nos dias 06-09-12/04 e no jornal *O Pharol*, de 03/04 do mesmo ano. Arthur Azevedo ficou hospedado no Hotel Rio de Janeiro, na rua Halfeld.

situado na rua Espírito Santo, apresentava na ocasião da visita de Arthur Azevedo a peça “O naufrágio do Vapor Porto”, de Guilherme da Silveira, reunindo, além das estrelas da arte de representar o brilho dos notáveis locais, expoentes das mais destacadas famílias do município. Em sua carta ele diz:

*a sala esta cheia e a sociedade é a melhor do lugar. As senhoras vestem-se com elegância, e os rapazes nada ficam a dever aos nossos leões fluminenses. Há seis ou oito camarotes ocupados por Barões: em terra nenhuma haverá tantos Barões como em Juiz de Fora.*³²

A comparação aos boulevards de Paris feita por Arthur de Azevedo e o luxo evidente da sociedade

³² Idem. Conforme depoimento do senhor Dormevilly Nóbrega, concedido em 01/07/1998, à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira, o Teatro Juiz de Fora, depois denominado Teatro Novelli, ficava nas proximidades do atual Pró-Música, na Rua Espírito Santo. Sobre o Teatro ver NÓBREGA, Dormevilly. **Revendo o Passado**; memória juiz-forana. 1ª Série. Juiz de Fora: Edições Caminho Novo, 1997. p. 91. Sobre a nobreza residente em Juiz de Fora ver GENOVEZ, Patrícia Falco. **As malhas do poder**: uma análise da elite de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX. Dissertação de Mestrado,

juizforana, estão marcados nas próprias atividades que se encontram na principal rua da cidade. Nela estão templos e congregações como a Associação das Damas de Caridade (Rev. Padre João Batista de Souza Roussin); o Asilo João Emílio (próximo ao Lamaçal - Alto dos Passos)³³; a Associação Protetora da Pobreza, envolvendo famílias abastadas e poderosas politicamente: Horta Barbosa, Pinto Monteiro, Correia e Castro e Monteiro de Castro. Há, também, sociedades recreativas, como: o Club Cynegético dirigido por Theodorico Assis, Constantino Paletta, Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, João Nogueira Penido e

Niterói, UFF, 1996. Ver também FONSECA, Walter. op. cit., p. 91.

³³ Conforme depoimento da Irmã Maria Helena Souza de Faria, concedido em 21/07/1988, à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira, o Padre João Emílio fundou uma casa por volta de 1889, para abrigo de idosos. *Na noite de inauguração os idosos fugiram. O Pe. João Emílio então chamou as irmãs de Santa Catarina para cuidarem e darem uma finalidade à obra. Estas fundaram o Asilo João Emílio, que acolhia meninas carentes. Em 15/08/1902 a obra ficou a cargo das Freiras da Congregação do Bom Pastor. Os Padres da Academia celebravam as missas. Vinham de bonde até a Santa Casa, depois, tiravam os sapatos e caminhavam na lama (Lamaçal). Quando chegavam ao Asilo já os esperavam uma freira com bacia de água morna para lavarem os pés, antes das celebrações.*

Hermenegildo Villaça, representantes de outras famílias de influência no município. Todas as lojas maçônicas encontram-se localizadas na rua Direita: Grande Oriente de Minas Gerais, Benemérita Loja Capitular Fidelidade Mineira, Loja Onze de Julho, Loja Tiradentes, Loja União e Firmeza, Grande Oriente do Brasil, Loja Caridade e Firmeza, Loja Fidelidade Mineira, Loja Fraternidade Brasileira. O número de profissionais liberais é bastante elevado em relação às demais ruas: são 15 advogados, 5 engenheiros, 10 médicos, 7 farmacêuticos, 9 professores, além de alguns professores de música, dentistas, artistas e construtores.

34

Através das atividades acima relacionadas, podemos perceber a lógica da ocupação voltada para as mesmas famílias que já se faziam presentes na política local: Lage Barbosa, Ribeiro de Andrade, Assis Tostes,

³⁴ ARQUIVO SOCIEDADE BENEFICENTE DE JUIZ DE FORA. Almanach de Juiz de Fora - 1898. Organizado por Heitor Guimarães, Anno III, Juiz de

Penido, Monteiro, Gama Cerqueira, Halfeld, entre outras. Mais um indício de que a localização tanto para as moradias quanto para o estabelecimento dos negócios está intrinsecamente ligada às famílias que possuíam poder político e econômico no município e, para além deste fato, a rua Direita era o lugar simbólico do poder, do empreendimento, da ousadia e do luxo. Era, e ainda é, símbolo puro de *status*. Morar lá significava receber todas estas atribuições; significava ser poderoso, bem nascido, empreendedor e ousado.

Bem próximo ao centro institucionalizado do poder (o Parque Halfeld) encontramos vários imóveis em processo de tombamento. Na **Rua Halfeld, esquina com a avenida Barão de Rio Branco, número 2231**, bem em frente ao prédio das repartições públicas e nas imediações do Parque Halfeld, encontra-se o **Edifício Santa Helena**, *construído durante os anos de 1935/37*

Fora: Typographia Mattoso, 1898.

*pela firma Pantaleone Arcuri, mas concebido originalmente com quatro pavimentos, cujo projeto é de autoria do arquiteto Raphael Arcuri.*³⁵ O **Edifício Santa Helena** substituiu o velho prédio que abrigava a afamada sucursal da “Casa Sucena” do Rio de Janeiro, especializada em alta costura, fazendas etc. Foi considerado um monumento da construção até que, em 1918, construiu-se, do outro lado da esquina, o prédio do Edifício Clube Juiz de Fora. O **Santa Helena** foi um importante centro de vivência da sociedade juizforana. Era o ponto de encontro favorito de fazendeiros, estudantes e artistas que discutiam seus interesses mais variados nos cafés que lá se instalaram: o Café Astória (na loja da esquina), a Casa do Café (na rua Halfeld) e o Café Santa Helena.³⁶ De propriedade do sr. Pedro de Andrade Carvalho, passou a Ana Maria Delmonte, em

³⁵ PASSAGLIA, Luiz Alberto P. **Pré-Inventário** - DIPAC/IPPLAN. Volume I.

³⁶ Idem. Ver também NÓBREGA, Dormevilly. **Álbum Juiz de Fora em dois tempos.**

29 de março de 1966.³⁷

A sede do **Clube Juiz de Fora**, edificada na **rua Halfeld, número 810/836, esquina com a avenida Barão do Rio Branco, número 2189**, em frente ao Parque Halfeld, foi inaugurada em 24 de junho de 1918. O prédio construído pela firma Pantaleone Arcuri e Spinelli abrigou a nova sede, antes instalada pouco acima do Hotel Rio de Janeiro, na rua Halfeld, quando o Clube Juiz de Fora surgiu dos encontros do Clube dos Fanáticos Carnavalescos:

O Sr. Daniel Pinto Corrêa, grande carnavalesco juiz-forano, em lembranças ditadas a seu filho, Sr. Osvaldo Pinto Corrêa, afirmava, com segurança, que foram os Fanáticos [Clube dos Fanáticos Carnavalescos] os influenciadores da criação do Clube Juiz de Fora, tanto do primeiro, surgido a 01/01/1903, como do segundo, fundado a 20/12/1903,

³⁷ PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. Departamento de Comunicação (DICOM), processo número 5898/59. Cartório do 3º Ofício - Registro de Imóveis número 4056, em 30/06/1966, livro 3-C, folha 248.

*sendo que este teve como primeiro presidente o dr. José Mariano Pinto Monteiro, uma das principais figuras dos Fanáticos.*³⁸

O Clube dos Fanáticos Carnavalesco foi fundado em 21 de março de 1897, no teatro Juiz de Fora, com o apoio da sociedade local. Havia outro Clube em Juiz de Fora, chamado Miosotis, fundado em agosto de 1894. Em relação ao **Clube Juiz de Fora**, o primeiro presidente foi o dr. José Mariano Pinto Monteiro; vice-presidente dr. Azarias de Andrade; secretário, dr. Francisco de Campos Valadares; diretor-gerente, Armindo Brandão. Nesta mesma ocasião foi definido o estatuto da associação.³⁹ O prédio de 1918 incendiou-se em 21 de fevereiro de 1950.⁴⁰ Uma nova construção foi

³⁸ NÓBREGA, Dormevilly. **Revendo o passado...**, op. cit., p. 52.

³⁹ Idem. p. 241.

⁴⁰ Conforme OLIVEIRA, Paulino de. **Efemérides juizforanas**. p. 83. *Poucas horas depois do segundo baile de Carnaval, nele realizado, era destruído por um incêndio o edifício Clube Juiz de Fora, sito na esquina da Rua Halfeld com a avenida Barão do Rio Branco, em consequência do qual foram desalojados os seguintes estabelecimentos comerciais localizados no seu andar térreo:*

erguida no mesmo lugar. **O Edifício Clube Juiz de Fora**, projetado pelo arquiteto Francisco Bologna, em 1955, contava, então, com dezesseis pavimentos.⁴¹ Nome importante da arquitetura brasileira, Bologna, ao lado de Oscar Niemayer e Artur Arcuri, foi um dos responsáveis pela afirmação da arquitetura moderna em Juiz de Fora. O painel em azulejo *As quatro estações* e o mosaico com o tema *cavalos*, ambos de Portinari, integrantes do edifício, já foram tombados em 1997.⁴²

Outra edificação em frente ao Parque Halfeld merece destaque: o Edifício Ciampi, localizado na **avenida Barão do Rio Branco, número 2153/2165**. Datado de 1930, foi por longo tempo considerado o “*arranha-céu*” da cidade, um projeto de autoria de Raphael Arcuri.⁴³ Em fins da década de 20, a casa comercial de bicicletas, que funcionava no térreo, foi

Drogaria Rio Branco, Joalheria Windsor, Casa Schuery e Casa das Crianças.

⁴¹ PASSAGLIA, Luiz Alberto P. op. cit.

⁴² Consultoria: Professora Maraliz de Castro Vieira Christo.

⁴³ PASSAGLIA, Luiz Alberto P. op. cit.

destruída por um incêndio. Além desta loja havia um ringue de patinação. Tanto o prédio como a loja e o ringue eram propriedade de Tibério Ciampi: *Natural da Itália. Casado com Eufêmia Ciampi. Construtor de obras e comerciante - Casa Deporto de T. Ciampi & Filho, em 1924. Da loja Maçônica Benzo de Cavour*⁴⁴, responsável pela construção de várias casas na rua Santo Antônio, nas proximidades do Fórum da Cultura (UFJF) e no Largo do Riachuelo. Sobre o **Edifício Ciampi**, o renomado artista Dnar Rocha, num depoimento na década de 80, declarou: *uma grande mágoa atormenta a minha breve passagem pela arte, é o fato de não me ter sido possível ter um atelier neste belíssimo prédio.*⁴⁵ Conforme o registro do imóvel de 1968, o **Edifício Ciampi** compreende:

cinco pavimentos, sendo o primeiro térreo, constituído de uma loja

⁴⁴ PROCÓPIO FILHO, J. **Salvo Erro ou omissão.** op. cit., p. 308. *Tibério Ciampi (1855-1931).*

⁴⁵ PASSAGLIA, Luiz Alberto P. op. cit.

comercial, que tem o número 2161 e os outros quatro, de apartamentos, um por andar, com duas entradas, uma pelo número 2153 (elevador) e outra pelo número 2165 (escada), todos residenciais, (...) existindo ainda, ao lado do número 2165, referido, uma entrada que dá acesso aos fundos da loja do pavimento térreo, unidades estas com todas as suas instalações, dependências, benfeitorias, servidões ativas, com terreno respectivo que no seu todo mede 17,50ms de frente para a referida rua pública, por 66,20ms de profundidade aproximadamente, confrontando, atualmente, com Ana Maria Delmonte e outros e o Edifício Raphael Cirigliano, de um lado, com Othelo Ciampi, de outro lado com Elisa Nogueira Lundgrean e outros, Otellino Ciampi e Adolpho Rodrigues, na linha de fundos, tendo entre partes como adquirentes Odette Ciampi e Ophélia Ciampi Nóbrega, a primeira solteira, maior, e a segunda viúva (...) e como transmitente S/A Estabelecimento Ciampi, firma comercial, com sede nesta cidade (...).

Na rua **Barão de São João Nepomuceno**, paralela à Halfeld, no **número 237**, localiza-se a antiga Associação dos Empregados do Comércio. Fundada em 1904 e recriada em 1913⁴⁷, sua sede, funcionava, em 1915, na rua Halfeld, número 369. Na ocasião sua diretoria era composta pelos senhores: presidente, Alfredo de Souza Bastos; 1º vice, Leopoldino de Araújo; 2º Hermogenes Francisco dos Santos; 1º Secretário, Hermogenes Alves Nogueira; 2º José Agostino Ribeiro; tesoureiro, Nestor Xavier Bastos; diretores, Armênio Tristão, Besnier José de Oliveira, José Garcia de Lacerda e Álvaro de Gouvêa Franco, Raul Pereira do Nascimento, Miguel Cautiero; bibliotecário, Ruffi Jorge; diretor do curso, dr. Francisco

⁴⁶ PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. Departamento de Comunicação (DICOM), processo número 4268/83. Cartório Olavo Costa. Registro de Imóveis número 6008, em 25/10/1968, livro 3-E, folha 154.

⁴⁷ ANDRADE, Silvia M. B. Vilela de. **Classe Operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924)**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1987, p. 125, nota 109.

Prado.⁴⁸ Destaca-se a presença de alguns comerciantes, como Alfredo de Souza Bastos (1866-1940), comerciante de ferragens, louças etc., proprietário da tradicional Casa d'América, que também foi 2º tesoureiro da primeira diretoria da Associação Comercial de Juiz de Fora em 1897⁴⁹; e Nestor Xavier Bastos (1881-1970), comerciante de secos e molhados, gerente da Casa Guedes.⁵⁰ A presença de comerciantes dá à Associação um forte caráter colaboracionista, visível em sua atuação como intermediária entre a burguesia industrial e o proletariado na greve de 1920.⁵¹ A mudança do nome da Associação foi realizada pelo Ministério do Trabalho em 07/11/1941 para Sindicato dos Empregados do Comércio.⁵² Conforme carta

⁴⁸ ESTEVES, A. op. cit., p. 249.

⁴⁹ PROCÓPIO FILHO, J. op.cit. p. 29 e OLIVEIRA, Paulino de. **Efemérides juizforanas**. p. 194.

⁵⁰ PROCÓPIO FILHO, J. op.cit. p. 254.

⁵¹ ANDRADE, op. cit. p. 128. Consultoria: Professora Maraliz de Castro V. Christo.

⁵² Cartório Laura Paiva Figueiredo. Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas. Registro número 61, folha 24 verso, livro

enviada à Prefeitura em 24 de agosto de 1928, a então Associação pedia autorização para a derrubada de um muro com a finalidade de lançar a pedra fundamental da futura sede, em lugar do prédio de número 241, na referida rua.⁵³ De acordo com a escritura, o prédio foi adquirido junto a dona Anna Bartels, viúva, residente em Rio Novo.

*o qual compreende uma casa coberta de telha, assoalhada e forrada, com luz elétrica, outras dependências e o respectivo terreno, todo murado, com 10,30ms de frente, dividindo por um lado com José Ferreira de Castro Novaes, por outro lado com a outorgante e pelos fundos com d. Constança Vidal Barbosa Lage.*⁵⁴

Percebe-se, pela descrição, um contraponto em relação ao luxo da avenida Barão do Rio Branco. A rua São João, nesta época, era uma via residencial, sem o

número 3, datado de 27/11/1918.

⁵³ Idem.

⁵⁴ Cartório Norberto Medeiros. Escritura. Livro 156, folha 47.

grande dinamismo existente na avenida e nas ruas mais ao centro, que ladeavam o Parque Halfeld: Marechal Deodoro e Halfeld. A instalação da Associação, muito provavelmente, revelou-se como um elemento desestabilizador desse ambiente residencial. Mostrava, também, a expansão das atividades relacionadas ao comércio que, sem espaço no centro da cidade, “invade” ruas próximas que ainda mantinham uma lógica de ocupação voltada para moradia.

Seguindo pela Rio Branco, no número 2053/2071, ainda nas imediações do Parque Halfeld, um outro prédio, construído em 1927, por Carmello Sirimarco mantinha o alto padrão das construções efetuadas na Rio Branco.⁵⁵ O prédio, demolido recentemente, possuía uso misto, servindo de residência e comércio no térreo e na galeria. *Neste prédio funcionou durante muitos anos o Diário Mercantil e, também, o*

⁵⁵ PROCÓPIO FILHO, J. op. cit., Sobre a família Sirimarco ver p. 144, 144, 185 e 187.

*Conservatório Brasileiro de Música (...), funcionou o Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora, fundado em 1956.*⁵⁶

Na esquina da rua Marechal Deodoro, no final do século, existia

*um colégio; pegado a ele um empório comercial de grande importância; em seguida, o prédio da Escola de Engenharia; mais abaixo, a primeira Maçonaria (Fidelidade Mineira). Do lado direito, havia um prédio grande, mandado construir pelo Barão de Cataguases. Havia várias residências.*⁵⁷

Bem próximo a este chalé, em frente ao Edifício Primus, ficava a casa do poeta Belmiro Braga. *Ao lado abriram para fazer a rua Mister Moore. Em 1910, [próximo ao Supermercado Bretas] não era calçada e*

⁵⁶ PASSAGLIA, Luiz Alberto P. op. cit.

⁵⁷ Depoimento do senhor Dormevilly Nóbrega, concedido em 29/07/1998, à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira.

*apresentava aspecto de desleixo.*⁵⁸ Mais à frente, na **avenida Barão do Rio Branco, número 1883**, se localiza o chalé pertencente ao engenheiro da prefeitura Geraldo Paiva. *Filho de Antônio Ribeiro de Paiva e Maria Joaquina de Paiva. Casado com Benedita Luzia Vaz de Paiva.*⁵⁹ Conforme registro de imóveis, a casa foi adquirida (por doação convencionada) em 1946, junto ao Dr. Francisco Vaz de Andrade Santos pela senhora Benedita Luzia Vaz, na época solteira. Segundo a transcrição da escritura, trata-se de

um prédio (...) compreendendo uma casa de dois pavimentos, estilo normando, com suas instalações, jardim de frente, garagem, suas dependências, e o respectivo terreno que mede 26,40ms de frente por 54,00ms de fundos, tendo mais uma faixa de 11,00 X 8,00ms, dividindo por um lado com o Dr. Alberto Andrés, por outro com Otelino Ciampi e pelos

⁵⁸ ARQUIVO DORMEVILLY NÓBREGA. NÓBREGA, Dormevilly. **Álbum Juiz de Fora em dois tempos.**

⁵⁹ PROCÓPIO FILHO, J. op. cit., p. 134.

*fundos com Aristides Natalucci, Henrique Carrato e outros.*⁶⁰

Em 1951 o prédio foi averbado no nome do Dr. Geraldo Paiva, já que este era o cabeça do casal. Trinta anos depois, a filha Wanda Maria Paiva Macedo aparece como proprietária.⁶¹

Logo à frente,

na ponta do Riachuelo: entroncamento da avenida Barão do Rio Branco, Getúlio Vargas e São Sebastião, existiu uma fábrica de carros (ou carroças, depois, garagem). O prédio foi demolido e construíram a antiga rodoviária. Lá funcionou, também, a sede do Núcleo Antônio Parreiras. Na rua São Sebastião muitas famílias ricas construíram suas residências, inclusive a de Pedro Nava. Já no Largo do Riachuelo, por volta de

⁶⁰ PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. Departamento de Comunicação (DICOM), processo número 2700/81 e 8584/51. Registro de Imóveis: Cartório Onofre Mendes, livro 3-N, folha 109, número 8.773.

⁶¹ Idem.

*1920, havia a Escola Infantil Mariano Procópio. Logo adiante haviam casas e bangalôs, muitos deles alugados.*⁶²

Passando às edificações que se localizam nas imediações do Largo do Riachuelo, encontramos o prédio situado na **avenida Barão do Rio Branco, número 1583, esquina com a Rua Benjamin Constant**. Este prédio foi construído pela firma Pantaleone Arcuri & Spinelli, em 1907, com provável projeto de Salvador Notarroberto. Parte da edificação, voltada para a avenida Rio Branco foi demolida, de acordo com uma fotografia antiga.⁶³

Conforme depoimento de Robertson Plische, aí funcionou o vice consulado alemão nas vésperas da II Guerra Mundial. [Segundo depoimento do Dr. Wilson de Lima Bastos] Foi propriedade de Francisco Campos Bastos que depois passou o imóvel

⁶² Depoimento do senhor Dormevilly Nóbrega, concedido em 29/07/1998, à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira.

⁶³ PASSAGLIA, Luiz Alberto P. op. cit.

*para a nora Adalgisa Campos Bastos que se casando em segundas núpcias, passou a assinar Adalgisa Biancoville Ramos, tendo falecido nos anos 50.*⁶⁴

Na década de 60, este imóvel era propriedade do sr. João Elysio Martins de Oliveira.⁶⁵

Na **avenida Barão do Rio Branco, número 1262**, funciona a Casa de Anita. Inicialmente intitulada Associação Anita Garibaldi (sobre a história de Anita Garibaldi ver ANEXO 04), passou a existir, após 1946, fundida com a Associação Beneficiente Irmãos Artistas.

Fundada em Juiz de Fora no dia 15 de maio de 1908 por vinte e cinco sócios a ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE DOS IRMÃOS ARTISTAS tinha como principais finalidades socorrer seus associados nos casos de doença, invalidez e auxílio aos mais necessitados. Seu registro em cartório foi feito em 16 de setembro de 1910.

⁶⁴ Idem.

⁶⁵ PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. Departamento de Comunicação (DICOM), processo número 4120/63.

*De acordo com seu Estatuto era uma sociedade fundada e mantida por operários. Somente admitiam pessoas do sexo masculino, de qualquer nacionalidade com “ocupação honesta”, sem defeito físico ou doença crônica.*⁶⁶

Vários profissionais compunham seu quadro social: jornalistas, dentistas, sapateiros, tecelões, metalúrgicos etc. Entre os nomes de sua primeira diretoria podemos citar: Galdino Antônio Medeiros. *Posteriormente, teve como presidentes Antônio Scanapieco e José Teixeira da Silva Sobrinho, sendo Scanapieco o que mais tempo (vinte e dois anos) presidiu a IRMÃOS ARTISTAS.*⁶⁷

Dada as dificuldades em manter os vários compromissos assumidos com os associados em virtude de muitos cancelamentos de convênios na década de 30, situação agravada, posteriormente, com o desinteresse

⁶⁶ ARQUIVO HISTÓRICO DA UFJF. Fundo: Anita Garibaldi. Caixa 02. Documento: HENRIQUES, Heliane Casarim. **Os Irmãos Artistas e a Anita Garibaldi.** Texto completo transcrito no ANEXO 03.

de vários sócios e uma grave situação financeira, o presidente em exercício, no ano de 1946, Antônio Scanapieco, propôs a fusão com a Associação Cultural e Beneficente Ítalo-Brasileira Anita Garibaldi. A autorização foi dada pelos sócios numa Assembléia Extraordinária, em 15 de março de 1951.⁶⁸

*A ASSOCIAÇÃO ANITA GARIBALDI fundada em 13 de março de 1946 por brasileiros e imigrantes italianos, tinha as mesmas finalidades da IRMÃOS ARTISTAS além de oferecer assistência jurídica e dentária. Não tinham sede própria e o seu quadro social contava com 420 sócios contribuintes na época da fusão.*⁶⁹

O Estatuto da Associação (ANEXO 05) foi registrado sob o número 207, no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Juiz de Fora, sendo *uma sociedade de caráter democrático, com*

⁶⁷ Idem.

⁶⁸ Idem.

⁶⁹ Idem.

*finalidade cultural, recreativa e beneficente.*⁷⁰ Na década de 60 a Associação encerrou suas atividades, deixando apenas um zelador no prédio. Vinte e cinco anos depois, em abril de 1993, o espaço foi reaberto com a denominação CASA DE ANITA, sob a direção do jornalista Marcelo Ferreira Mega.⁷¹ Agora a construção está sendo restaurada com o auxílio da iniciativa privada, empenhada na valorização imobiliária daquela região.

Outro imóvel próximo à Casa de Anita, situado no Largo do Riachuelo, na **Avenida dos Andradas, número 197**, é o antigo Mercado Municipal, anteriormente, localizado no Largo da Câmara, no Parque Halfeld. Desde 1857 havia propostas para que o local do mercado se transferisse. A primeira se deu em 23 de julho de 1857, através do vereador Oliveira Horta.

⁷⁰ Idem. Fundo Anita Garibaldi: Caixa 02 - Documento referente ao Estatuto.

⁷¹ ARQUIVO HISTÓRICO DA UFJF. Fundo: Anita Garibaldi. Caixa 02, HENRIQUES, Heliane Casarim. **Os Irmãos Artistas e a Anita Galibaldi**, loc. cit.

Contudo, não foi considerada. Somente com o ajardinamento do Largo da Câmara, conforme já exposto acima, é o que o mercado foi levado para outro local. A situação só foi definida no início deste século. *As resoluções municipais 483, de 21 de abril de 1903 e 500 de 20 de dezembro de 1904, regulamentava a situação do mercado que foi construído à rua da Gratidão, 17.*⁷² A empresa contratada para a construção foi a Teperine, Sista & Cia, com direito de exploração do local por vinte anos. Esta companhia pertencia a Luiz Perry, *fundador da Sociedade Italiana Humberto Primo. Proprietário, em 1891, da Fábrica de Massas Alimentícias e da [Fábrica] de Móveis e Tapeçaria.*⁷³ Ao longo dos anos, percebe-se grande dificuldade da Câmara em regularizar o funcionamento do mercado. Os problemas culminaram na gestão de Antônio Carlos, quando as instalações do Mercado se transformaram em

⁷² FONSECA, Walter. **Pequena enciclopédia da cidade de Juiz de Fora: gente, fatos e coisas.** p. 86.

autênticos cortiços.⁷⁴

Na década de 30, a área foi comprada pelo senhor Getúlio Nogueira de Carvalho, criador da linha de limousine entre Juiz de Fora e Rio de Janeiro, a *Rio Rápido*, que funcionou entre os anos de 1936 e 1954. Ele também foi o criador da primeira linha de ônibus da cidade: Benfica - Alto dos Passos, a *Viação Diana S.A.*, em 1949; e a *Agência Ford*, na Praça da Estação.⁷⁵ Nascido em 1909, casado com Inah Melo de Carvalho, o Dr. Getúlio era comerciante de automóveis, empresário e fazendeiro no distrito da cidade. Natural de Arcos, em Minas Gerais, era filho de João Nogueira de Carvalho e Arcângela Nogueira de Carvalho.⁷⁶ Dr. Getúlio era membro destacado do Centro Excursionista de Juiz de

⁷³ PROCÓPIO FILHO, J. op. cit., p. 226.

⁷⁴ FONSECA, Walter. op. cit., p. 86.

⁷⁵ Entrevista concedida à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira, em 16/05/1998, pela senhora Ináh Mello de Carvalho. Proprietária da casa onde funciona o Restaurante Astória e do Mercado Municipal. Quando da entrevista sobre a edificação onde se encontra o Restaurante Astória de sua propriedade, a senhora Inah fez questão de falar sobre o antigo Mercado, também de sua propriedade. Ver também FONSECA, Walter. op. cit., p. 26

Fora e faleceu em 1979.⁷⁷

Toda esta área que segue do Parque Halfeld em direção à avenida Rui Barbosa teve uma outra lógica de ocupação em virtude de uma expansão tardia em relação à parte que seguia rumo ao Alto dos Passos. Por certo, as várias enchentes que assolavam esta área da avenida Barão do Rio Branco não permitiam um dinamismo urbano comparável àquele estabelecido mais ao centro. A retificação do rio Paraibuna só teve início por volta dos anos 40. Foi a partir da década de 50, com o saneamento já desenvolvido, que os primeiros edifícios foram construídos. A seqüência do desenvolvimento da avenida Barão do Rio Branco aconteceu posteriormente, já na década de 60 e 70 quando foi aberta a “Garganta do Dilermando”, concluída depois do governo do prefeito Dilermando Cruz.⁷⁸

⁷⁶ PROCÓPIO FILHO, J. op. cit., p. 136.

⁷⁷ FONSECA, Walter. op. cit., p. 24.

⁷⁸ Depoimento da Professora Mestre Vanda Arantes do Vale, concedido em 09/07/1998, à estagiária Raquel Pereira Francisco.

Os primeiros decretos para saneamento do rio Paraibuna tiveram início no governo do prefeito Raphael Cirigliano, em 1939. O decreto-lei número 42, de 15 de março de 1939, obrigava o saneamento e aterro da baixada do Paraibuna:

O Prefeito Municipal de Juiz de Fora, usando das atribuições que por lei são conferidas e considerando que de longa data, a administração pública municipal considera ser de grande necessidade o saneamento da baixada do rio Paraibuna, no perímetro urbano considerando que enquanto a administração municipal despense anualmente vultosa somas com a intensificação de redes de água e esgotos, calçamento e outros melhoramentos, em pontos afastados, para onde a cidade se expande, o centro onde existe tais serviços, em grande porção, permanece sem os aproveitar por não serem terrenos edificáveis; considerando que a referida faixa, nas enchentes, comuns as épocas chuvosas, fica inundada

*pelo transbordamento do rio Paraibuna, atingindo casas, danificando benfeitorias e constituindo focos constantes de miasmas; considerando que urge o saneamento e aproveitamento da referida faixa. DECRETA: Art 1. Considera-se zona saneável, pelo efeito deste decreto, toda a faixa, dentro do perímetro urbano, de cada lado do rio Paraibuna e seus afluentes, compreendida entre a terceira ponte da Estrada de Ferro Central do Brasil - Direção Juiz de Fora-Rio - e ponte Kranbeck, faixa que não pode ser aprovada com logradouro, nem edificada sem aterro.*⁷⁹

É, exatamente, em virtude dessa demora no desenvolvimento na infra-estrutura e retificação do leito do rio Paraibuna que esta parte da avenida Rio Branco apresenta uma característica de ocupação um pouco

⁷⁹ ARQUIVO HISTÓRICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA. Fundo: República Velha. Prefeitura Municipal de Juiz de Fora - Decretos leis e Decretos de 1938 e 1939.

diferenciada daquela estabelecida na parte alta, em direção ao Alto dos Passos. Nas ruas transversais e na formação do Bairro Santa Helena, percebe-se um grande número de terrenos pertencentes a construtores e várias casas de alugueis. Assim como nas imediações do Largo do Riachuelo: ruas São Sebastião, Barão de Santa Helena, Floriano Peixoto e Benjamin Constant.

A começar no próprio Largo do Riachuelo e rua São Sebastião, na área onde se instalou a Cia. de Fiação e Tecelagem Santa Cruz (hoje, Shopping Santa Cruz). Todo o terreno pertencia à família Monteiro de Andrade. Seu fundador e diretor, Dr. Azarias Monteiro de Andrade, também foi presidente da Cia. Mineira de Eletricidade.⁸⁰ O estabelecimento de uma fábrica deste porte, já é um forte indicativo da diferença em relação ao Alto dos Passos, onde até mesmo o comércio era raro. Mais à frente, o conjunto de casas, já na avenida dos

⁸⁰ PROCÓPIO FILHO, J. op. cit., p. 63.

Andradas, mostra os traços de um investimento ou até mesmo de especulação no ramo imobiliário na cidade. As casas de número 43, 47,59, 63 e 71, pertencentes a José Procópio Teixeira, foram construídas pelos pedreiros Tibério Ciampi (pai) - proprietário do Edifício Ciampi, em processo de tombamento - e, seu filho mais velho. Todas foram vendidas aos próprios inquilinos a preços baixos, em virtude das leis da época. Além disso, elas trazem no próprio estilo da construção (são mais elevados que o nível da rua) a solução prática para as enchentes ocorridas nas cheias do rio Paraibuna. Antes da construção das casas, no local tinha um campo de futebol do Sport Club.⁸¹

Na rua Benjamin Constant, próximo à Reitoria da UFJF, as casas pertencentes ao senhor Américo Chelini, e à sua filha possuem uma data correspondente à época em que o saneamento e retificação do rio Paraibuna

⁸¹ PASSAGLIA, Luiz Alberto P. **Pré-Inventário**. IPPLAN-DIPAC. Volume I.

ocorreram. Nesta mesma rua morou Alfredo Surerus, numa construção do pedreiro Lourenço Weiss, efetuada na década de 20. Na Barão de Cataguases morou Ângelo Bigi, artista renomado que fez as pinturas do Cine Teatro Central e da Associação Comercial de Juiz de Fora. Lá também funcionava uma fábrica de malhas até a década de 60, onde foi a COBAL e hoje é uma loja do Supermercado Bretas. Na rua Silva Jardim, havia outra casa de José Procópio Teixeira, proprietário de outras duzentas na cidade, principalmente nesta área. Lá também se estabeleceu Luiz Perry, outro construtor de obras de grande importância para a cidade, conforme já citado em relação ao Mercado Municipal e residências como, por exemplo, a do Dr. Geraldo Halfeld, na rua Santo Antônio. O Dr. Geraldo Halfeld foi *Presidente da ordem de Odontologia do Brasil, membro da Academia Nacional de Medicina e da de Odontologia e Diretor da*

Bayer do Brasil, entre outras atividades.⁸²

Todos esses exemplos ilustram a nossa hipótese de que esta parte da avenida Barão do Rio Branco e imediações tiveram uma lógica de ocupação diferente daquela instaurada no centro, voltada para o comércio, e do Alto dos Passos, local de instalação das várias residências apalacetadas das famílias tradicionais do município. Ao se desenvolver posteriormente, dada a dificuldade de construções em terrenos alagadiços, esta parte baixa da Rio Branco surge com bangalôs, fábricas e casas destinadas ao aluguel. Mas, não se pode dizer que lá se concentrasse uma população de baixa renda. Pelo contrário, alguns dos residentes citados acima, mostram que as pessoas que se fixaram neste local, possuíam condições financeiras favoráveis, contudo, salvo raras exceções, não tinham ligação direta com os troncos tradicionais relacionados aos barões do café.

⁸² Idem. p. 132.

A parte referente aos aspectos arquitetônicos não foi entregue, pela Equipe de Arquitetura, para edição e publicação.

FONTES

1. ARQUIVOS

1.1. Arquivo Dormevelly Nóbrega

Coleção Rua Halfeld, n. 1, s/d.

Arthur Azevedo - Carta a um amigo: “Três dias em Juiz de Fora, 27/03/1889”. Publicada no Jornal *Novidade* nos dias 06-09-12/04 e no jornal *O Pharol*, de 03/04.

- CALMON, Pedro. **História de Minas e "Memórias" de Nogueira da Gama**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

- Jornal **Folha Mineira** (16/08/1956).

1.2. Arquivo Histórico da UFJF

Arquivo Anita Garibaldi.
- Séries 1-4; 5-12 e 19

1.3. Arquivo da Sociedade Beneficente de Juiz de Fora

Almanach de Juiz de Fora - 1898. Organizado por Heitor Guimarães, Anno III, Juiz de Fora: Typographia Mattoso, 1898.

1.4. Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora

- Fundo: República Velha. Prefeitura Municipal de Juiz de Fora - Decretos leis e Decretos de 1938 e 1939.

1.5 Prefeitura de Juiz de Fora. Departamento de Comunicação (DICOM)

- Processos número 5898/59; 4268/83; 2700/81; 8584/51; 4120/63.

2. CARTÓRIOS

Cartório do 3º Ofício

Registro de Imóveis número 4056, em 30/06/1966, livro 3-C, folha 248.

Cartório Laura Paiva Figueiredo

Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas. Registro número 61, folha 24 verso, livro número 3, datado de 27/11/1918.

Cartório Norberto Medeiros

Escritura. Livro 156, folha 47.

Cartório Olavo Costa

Registro de Imóveis número 6008, em 25/10/1968, livro 3-E, folha 154.

Cartório Onofre Mendes

Livro 3-N, folha 109, Registro de Imóveis: número 8.773.

3. FONTES ORAIS

- Depoimento concedido à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira, em 02/07/1998, pelo Padre e Professor Mestre Afonso Henrique Hargreaves Botti.
- Depoimento concedido à Professora Mestre Leda

Maria de Oliveira, em 01/07/1988 - 29/07/1998, pelo senhor Dormevilly Nóbrega.

- Depoimento concedido à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira, em 16/05/1998, pela senhora Ináh Mello de Carvalho. Proprietária da casa onde funciona o Restaurante Astória e do Mercado Municipal.

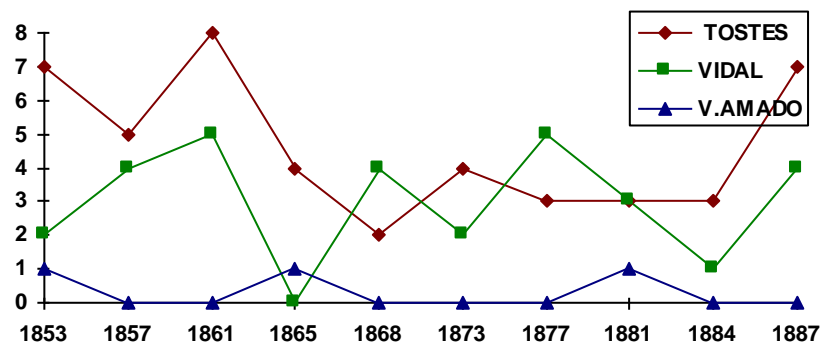
- Depoimento concedido à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira, em 21/07/1998, pela Irmã Maria Helena Souza de Faria.

- Depoimento concedido à estagiária Raquel Pereira Francisco, em 09/07/1998, pela Professora Mestre Vanda Arantes do Vale.

ANEXO 01

GRÁFICO DEMONSTRATIVO DAS PRINCIPAIS FAMÍLIAS QUE INTEGRARAM A CÂMARA MUNICIPAL NO PERÍODO DE 1853-1889

GRÁFICO 1



FONTE: ESTEVES, A. op. cit., CALMON, P. op. cit., ARQUIVO DO PRIMEIRO OFÍCIO CÍVEL: Processo número 60A15, SILVA, B. op. cit.

OBS.: 1- Os dados relacionados nas coordenadas X (vertical) e Y (horizontal) correspondem respectivamente ao número de representantes e os anos das legislaturas.

2- Gráfico original in: GENOVEZ, Patrícia Falco. op. cit.

ANEXO 02

**PRINCIPAIS FAMÍLIAS LOCAIS E A OCUPAÇÃO NA CÂMARA MUNICIPAL
DE JUIZ DE FORA (1853-889)**

	1853	1857	1861	1865	1868	1873	1877	1881	1884	1887	TOT
TOSTES %	7 70	5 55,5	8 61,5	4 80	2 33,3	4 66,6	3 37,5	3 42,8	3 75	7 63,6	46 58,2
VIDAL %	2 20	4 44,4	5 38,4	0 0	4 66,6	2 33,3	5 62,5	3 42,8	1 25	4 36,3	30 37,9
V.AMADO %	1 10	0 0	0 0	1 20	0 0	0 0	0 0	1 14,2	0 0	0 0	3 3,7
TOTAL CÂMARA %	66,6	50	61,9	26,3	33,3	30	50	50	33,3	61	46

FONTE: ESTEVES, A. op. cit., CALMON, P. op. cit., ARQUIVO DO PRIMEIRO
OFÍCIO CÍVEL: Processo número 60A15, SILVA, B. op. cit. In: GENOVEZ, Patrícia
Falco. op. cit.

ANEXO 03
FAMÍLIAS QUE CONCORREM À VEREAÇÃO NO PERÍODO DE
1856-1889

FAMÍLIAS NOMES (NÚMERO DA CLASSIFICAÇÃO NA ELEIÇÃO)	DATA 18..
BARROS	
FRANCISCO BERNARDINO DE BARROS (48)	56
JOAQUIM Q. DOS REIS BARROS (42)	61
CAPITÃO JOSÉ BERNARDINO DE BARROS (08, 55)	68, 73
GABRIEL ANTÔNIO DE BARROS (87)	73
JOAQUIM ILDEFONSO DE BARROS (39, 02)	81, 87
GABRIEL HORÁCIO DE BARROS (11)	87
CASTRO/CORRÊA	
JOSÉ CAETANO DE MORAES E CASTRO (23, 14, 22)	73, 76, 81
Dr. AGOSTINHO CORRÊA (33, 41, 14, 04)	73, 76, 81,
Dr. JOSÉ CORRÊA E CASTRO (36, 22)	83*
JOÃO ANTÔNIO CORRÊA (81)	73, 76
VICENTE JOSÉ DE SOUZA CASTRO (83)	73
BENJAMIM ANTÔNIO CORRÊA (40)	73
ALEXANDRINO BENEVENUTO CORRÊA (47)	73
ANTÔNIO FLORÊNCIO CORRÊA (50)	73
FELISMINO CORRÊA DE MENDONÇA (51)	73
JOÃO BATISTA DE CASTRO (03)	73
	83*
DUARTE	
LUCAS ANTÔNIO DUARTE (38)	56
COMENDADOR FELICIANO COELHO DUARTE (44)	56
FERNANDES DE MIRANDA/MIRANDA	
JOSÉ FERNANDES DE MIRANDA (26, 07, 73)	56, 61, 73
JOAQUIM FERNANDES DE MIRANDA (28, 39, 04, 09)	56, 61, 73,
FRANCISCO JOAQUIM DE MIRANDA (34)	76
JOSÉ RIBEIRO DE MIRANDA (40)	56
MARTINIANO PEIXOTO DE MIRANDA (77-103)	56
HENRIQUE GUILHERME FERNANDES (38)	56, 61
JOSÉ JOAQUIM DE MIRANDA (100)	61

JOSÉ AYRES MONTEIRO DE MIRANDA LIMA (46)	61 64
HALFELD	
COMENDADOR HENRIQUE G. F. HALFELD (02, 13, 17)	56, 61, 64 56, 61, 64
Dr. PEDRO MARIA HALFELD (30, 102, 42)	56, 61, 64,
ALTIVO SILVINO DE LIMA MELLO (85, 92, 06, 41 - Genro do Comendador)	68 56, 64, 73
MAJOR FRANCISCO MARIANO HALFELD (88, 30, 17)	56
FERNANDO FELICIANO HALFELD (89)	61
HENRIQUE HALFELD (31)	73, 76, 81
ANTÔNIO AMÁLIO HALFELD (56, 04, 28)	73
JÚLIO HALFELD (66)	73, 81
GUILHERME JUSTINO HALFELD (68, 48)	81, 87
TEN. CEL. BERNARDO HALFELD (07, 05)	81
FRANCISCO MARIANO HALFELD (35)	
HORTA	
ANTÔNIO CAETANO OLIVEIRA HORTA (07, 83, 38)	56, 61, 81
CEL. JOSÉ CAETANO RODRIGUES HORTA (64, 18, 54, 18, 29)	56, 61, 64, 68, 73
JOSÉ CAETANO DE OLIVEIRA HORTA (51)	61
Dr. CAETANO ANTÔNIO RODRIGUES HORTA (59)	61
Dr. FELISBERTO SOARES DE G. HORTA (51, 60, 25)	64, 73, 76
ANTÔNIO CAETANO RODRIGUES HORTA (32)	73
LUIS EUGÊNIO HORTA BARBOZA (64, 32)	73, 81
EMÍLIO LUIS RODRIGUES HORTA (26)	81
LAGE	
DOMINGOS ANTÔNIO LAGE (19, 16, 22)	56, 61, 64
COMENDADOR MARIANO PROCÓPIO FERREIRA LAGE (69, 19)	56, 61 61, 64, 73
ILDEFONSO JUSTINIANO GONÇALVES LAGE (45, 15, 07)	64, 68, 73, 76, 83*
Dr. ANTERO JOSÉ LAGE BARBOZA (01, 21, 51, 31, 01)	64
CÂNDIDO PEDRO DA COSTA LAGE (38)	68, 76, 81
CAPITÃO MANUEL VIDAL BARBOZA LAGE (06, 18, 02)	68, 73, 76 76, 81
Dr. LEANDRO DE BARBOZA DE CASTILHO (16, 13, 09)	87

JOSÉ GUILHERME MARIANO LAGE (52, 44) FRANCISCO ISIDORO BARBOZA LAGE (15)	
MENDES RIBEIRO VIGÁRIO TIAGO MENDES RIBEIRO (50, 43, 77) JOÃO PEDRO RIBEIRO MENDES (52, 69, 60, 17, 07) JOÃO RIBEIRO MENDES (11, 26, 24) FRANCISCO DE ASSIS MENDES RIBEIRO (27)	56, 61, 64 64, 73, 76, 81, 83* 73, 76, 81 81
MONTEIRO DA SILVA/MONTEIRO FELICÍSSIMO GOMES PINTO MONTEIRO (11) ELIAS ANTÔNIO MONTEIRO (68) MAJOR JOSÉ JOAQUIM MONTEIRO DA SILVA (91, 09, 25, 55, 57) JOÃO JOAQUIM MONTEIRO DA SILVA (48) FELICIANO GOMES PINTO MONTEIRO (94) DOMICIANO F. MONTEIRO DA SILVA (29) GERVÁZIO ANTÔNIO MONTEIRO DA SILVA (05) JOSÉ JOAQUIM MONTEIRO DA SILVA (43) MATEUS HERCULANO MONTEIRO DA SILVA (36, 03)	56 56 56, 61, 64, 68, 73 61 61 64 76 76 81, 87
NOGUEIRA PENIDO/NOGUEIRA Dr. JOÃO NOGUEIRA PENIDO (18, 02, 10, 26, 07, 03) JOÃO BENTO NOGUEIRA (62, 35, 19, 36)	56, 61, 68, 73, 76, 81, 56, 61, 64, 68
PACHECO ANTÔNIO MANUEL PACHECO (70, 93, 58) JOSÉ MANOEL PACHECO (53, 03) SILVESTRE DINIZ PACHECO (85)	56, 61, 64 68, 73 73
PAULA LIMA COMENDADOR FRANCISCO DE PAULA LIMA (10, 05) FRANCISCO DE PAULA LIMA Jr. (18, 03) JOSÉ CEZÁRIO DE MIRANDA LIMA (37)	56, 61 64, 76 76
RIBEIRO DE REZENDE/RIBEIRO TEN. CEL. JOSÉ RIBEIRO DE REZENDE (13, 24, 34) VIRGILINO JOSÉ RIBEIRO DE REZENDE (76) FRANCISCO JOSÉ RIBEIRO DE REZENDE (84, 12) ROMUALDO CÉSAR MONTEIRO DE MIRANDA	56, 61, 64 56 56, 61 61, 64, 68,

RIBEIRO (49, 48, 03, 61, 02, 29) FRANCISCO RIBEIRO DE ASSIS (31, 14) JOAQUIM VIDAL LEITE RIBEIRO (45, 42) GERALDO AUGUSTO DE RESENDE (07, 04) ANTÔNIO LUIS DE MIRANDA RIBEIRO (35, 59) DOMINGOS NERY RIBEIRO (60, 01, 34) MANOEL DE ASSIS RIBEIRO (20) JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE (65) FRANCISCO EUGÊNIO DE REZENDE (04)	73, 76 64, 68 64, 68 68, 87 68, 73 68, 73, 76 73 73 81
ROUSSIN CÔNEGO JOSÉ DE SOUZA SILVA ROUSSIN (11, 05, 11, 15) PADRE JOÃO BATISTA DE SOUZA ROUSSIN (30, 42, 05)	61, 64, 68, 73 76, 81, 83*
TEIXEIRA DE CARVALHO/CARVALHO JOAQUIM PEDRO TEIXEIRA DE CARVALHO (11, 14, 19, 02) FRANCISCO JOSÉ DE CARVALHO (22) CARLOS TEIXEIRA DE CARVALHO HUNGRIA (29) FORTUNATO ANTÔNIO DE CARVALHO (36) EDUARDO TEIXEIRA DE CARVALHO HUNGRIA (110, 09) FRANCISCO PEDRO DE CARVALHO (70) DAMASO JOSÉ BARROSO DE CARVALHO (71) ANTÔNIO TEIXEIRA DE CARVALHO (16, 09)	61, 64, 68, 73 61 61 61 61, 73 64 64 81, 87
TOSTES CAPITÃO ANTÔNIO DIAS TOSTES (21, 47, 39) MANOEL DIAS TOSTES (38, 28) JOÃO RIBEIRO DE ASSIS TOSTES (99) Dr. MARCELINO DE ASSIS TOSTES (04, 60, 21, 19, 14)	56, 61, 64 56, 64 61 64, 68, 73, 81, 87
VALLE AMADO/CERQUEIRA LEITE/NOGUEIRA DA GAMA COMENDADOR MANUEL DO VALLE AMADO (01, 72) PADRE JOÃO MARCIANO CERQUEIRA LEITE (36, 57, 33) FRANCISCO DO VALLE AMADO (54) ERNESTO NOGUEIRA VELASCO DA GAMA (61, 50)	56, 61 56, 61, 64 56 61, 81 61 61

ILDEFONSO DE CERQUEIRA LEITE (85)	64, 68
MAXIMINIANO DE OLIVEIRA LEITE (87)	64, 73, 76
Dr. JOSÉ CALMON NOGUEIRA VELASCO DA GAMA (11, 62)	64
Dr. ANTÔNIO JOAQUIM DE MIRANDA NOGUEIRA DA GAMA (23, 47, 39)	64, 68, 73
ALBINO DE CERQUEIRA LEITE (37)	64
JOSÉ MARIA DE CERQUEIRA VALLE (43, 58, 12)	73, 76, 81
BRUNO NOGUEIRA DA GAMA (67)	68, 81
INÁCIO ERNESTO NOGUEIRA DA GAMA (34, 13, 52)	73
INÁCIO ERNESTO VELASCO DA GAMA (39, 53)	73
ANTÔNIO FERNANDES DA SILVA LEITE (38)	81
JOSÉ DE CERQUEIRA DE CARNEIRO (82)	
PEDRO ALCÂNTARA DE CERQUEIRA LEITE (06)	
VELLOSO	
TEN. MANOEL FERREIRA DA SILVA VELLOSO (45, 17, 20, 19, 08, 51)	56, 61, 68, 73, 76, 81
MAURO FRANCISCO VELLOSO (95)	56
MANOEL FERREIRA DA SILVA VELLOSO Jr. (54)	68
MÁRIO FERREIRA DA SILVA VELLOSO (21)	64
* As eleições de 1883 e 1887 sofreram alterações em virtude da Reforma Eleitoral	

FONTE: ARQUIVO DO MUSEU MARIANO PROCÓPIO. Livro de Apuração das Atas de Eleições 112/026. In: GENOVEZ, Patricia Falco, op. cit.

ANEXO 04

OS IRMÃOS ARTISTAS E A ANITA GARIBALDI ⁸³

Heliane Casarim Henriques

Fundada em Juiz de Fora no dia 15 de maio de 1908 por vinte e cinco sócios a ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE DOS IRMÃOS ARTISTAS tinha como principais finalidades socorrer seus associados nos casos de doença, invalidez e auxílio aos mais necessitados. Seu registro em cartório foi feito em 16 de setembro de 1910. De acordo com seu Estatuto era uma sociedade fundada e mantida por operários. Somente admitiam pessoas do sexo masculino, de qualquer nacionalidade com “ocupação honesta”, sem defeito físico ou doença crônica. Seu quadro social apresentava uma variedade de profissionais como tipógrafos, carpinteiros, pintores, metalúrgicos, jornalistas, sapateiros, cozinheiros, tecelões, médicos, dentistas, fogueteiros, guarda-livros, etc.

A primeira diretoria eleita para um mandato de dois anos era presidida por Galdino Antônio de Medeiros. Posteriormente, teve como presidentes Antônio Scanapieco e José Teixeira da Silva Sobrinho, sendo Scanapieco o que mais tempo (vinte e dois anos) presidiu a IRMÃOS ARTISTAS.

Suas reuniões ocorriam, em média, duas vezes por mês onde tratavam de diversos assuntos e aquele que mais se destacava era sobre a carência de recursos financeiros. Planejavam, com frequência, festas, jogos e tômbolas (loterias) em benefício de seus cofres.

Em 1913 aderiram à Confederação operária Brasileira e

⁸³ ARQUIVO HISTÓRICO DA UFJF. Fundo Anita Garibaldi. Caixa 02, séries 5-12.

neste mesmo ano foram convidados a participar do II Congresso Operário Brasileiro (COB) - ocorrido no Rio de Janeiro. Além de participar da preparação deste congresso contribuíram financeiramente para sua realização e mandaram um representante. Em 1920 participaram também do III COB.

Segundo Sílvia Vilela em seu livro **Classe Operária em Juiz de Fora...** tanto a Confederação Operária Brasileira quanto os II e III COB's tiveram orientação anarco-sindicalista e deles só podiam fazer parte os sindicatos que tivessem como base principal a resistência. O trabalho dos IRMÃOS ARTISTAS era basicamente o da beneficiência, atividade que o anarco-sindicalismo condenava. Sílvia questiona esta ambigüidade.

É interessante ressaltar que são pouquíssimas as atas que registram discussões sobre questões trabalhistas no sentido de luta pela melhoria da classe operária. A preocupação constante nas assembleias dos associados era com a atividade beneficente. Não encontramos informações, sobre a existência de algum grupo libertário no interior da associação, apesar da diretoria ter discutido em reunião de agosto de 1914 um pedido de verba do Centro Libertário de São Paulo para que pudessem enviar a Londres um delegado. O pedido não foi atendido.

A ASSOCIAÇÃO DOS IRMÃOS ARTISTAS não teve, durante vários anos uma sede própria. Suas reuniões aconteciam em salas alugadas como foi na rua Santa Rita, na Avenida Rio Branco (no salão do Centro Espírita e na sede da Maçonaria) e na rua Silva Jardim. A partir de 1925 colocaram como prioridade a construção de uma sede no terreno que haviam adquirido na Avenida Rio Branco, 1262. Em benefício da construção da sede promoveram festas, receberam donativos e verbas subvencionadas que não foram suficientes. Mas, aos poucos, foi sendo realizada a construção do prédio, constituído de um salão e

duas pequenas salas. O sócio Jorge Firmino Kneipp facilitou toda a negociação da obra com a firma construtora de seu pai Jacob Kneipp. A inauguração da sede definitiva ocorreu no dia 17 de outubro de 1926 com a presença de vários sócios e autoridades locais. A dívida hipotecária contraída nesta construção foi sendo paga durante os anos seguintes.

A fusão com a Anita Garibaldi

As dificuldades para manter a sede e os compromissos com associados começaram a se agravar a partir da Revolução de 30. Neste período foram suspensos vários benefícios como o cancelamento de convênios com médicos e farmácias. As pessoas foram também proibidas de se reunirem em público e com isso algumas assembleias da IRMÃOS ARTISTAS não puderam se realizar.

Dias piores vieram com o início da segunda guerra. As contribuições dos sócios saíram e o quadro social diminuiu. O desinteresse e a falta de estímulo dos associados fizeram com que eles se distanciassem das reuniões. Em 1946 a situação financeira já era bastante precária mas, mesmo assim, mantiveram suas atividades até 1950 quando o então presidente Antônio Scanapieco propôs a fusão com a ASSOCIAÇÃO CULTURAL E BENEFICIENTE ÍTALO-BRASILEIRA ANITA GARIBALDI. Para Scanapieco este foi o único recurso que a diretoria encontrou para livrar a IRMÃOS ARTISTAS de um “naufrágio completo”.

A ASSOCIAÇÃO ANITA GARIBALDI fundada em 13 de março de 1946 por brasileiros e imigrantes italianos, tinha as mesmas finalidades da IRMÃOS ARTISTAS além de oferecer assistência jurídica e dentária. Não tinham sede própria e o seu quadro social contava com 420 sócios contribuintes na época da fusão.

Os sócios da IRMÃOS ARTISTAS autorizaram a fusão na Assembléia Geral Extraordinária do dia 15 de março de 1951, porém, fizeram algumas exigências. Uma delas era de que em troca do patrimônio doado, eles deveriam ser transferidos para o quadro social da ANITA GARIBALDI, através de seu presidente Henrique Botti, aceitou todas as condições que foram impostas. Esta passou então a ocupar as dependências da IRMÃOS ARTISTAS.

Obtivemos poucas informações sobre a atuação da ASSOCIAÇÃO ANITA GARIBALDI, em Juiz de Fora. Sabemos contudo, que sua atividade básica era a beneficência. Na documentação reservada encontramos apenas papéis referentes a sua contabilidade até a década de 60. Seus livros de atas, se existiram, desapareceram. Neles poderíamos conseguir dados importantes que enriqueceriam este texto.

O antigo EDIFÍCIO IRMÃOS ARTISTAS foi abandonado no final da década de 60 quando a ANITA encerrou suas atividades, deixando um zelador como responsável pelo imóvel. O motivo pelo qual acabou, não se sabe.

Novos tempos

Passados 25 anos, em abril de 1993, foi firmada uma nova diretoria da ASSOCIAÇÃO ANITA GARIBALDI, que contou com o apoio da antiga diretoria. Nessa nova fase surgiu a CASA DE ANITA, um espaço aberto às diversas manifestações culturais, sendo dirigida pelo jornalista Marcelo Ferreira Mega.

O prédio, devido a longos anos de abandono, encontra-se danificado e necessitado de uma reforma urgente. Mesmo tendo diversos problemas infra-estruturais em agosto de 1993 a CASA DE ANITA foi reaberta ao público regularmente alguns eventos tais como: shows musicais, cursos, apresentações teatrais,

palestras, exposições de vídeo, etc.

ANEXO 05

OS GRANDE AMORES DA HISTÓRIA ⁸⁴

Wenceslau Rosa

“Ficamos silenciosos e extasiados, olhando-nos mutuamente como duas pessoas que se encontram, não pela primeira vez, e procuram, um na fisionomia do outro algo que facilite evocar o passado esquecido...” Assim se expressando, Giuseppe Garibaldi lembrava o seu primeiro encontro com Anita. Ele fazia a Campanha dos “Farrapos”, ao lado de David Canavarro e Bento Gonçalves. (...) ocasionalmente topava Anita à margem de seu caminho. (...)

Anita havia conhecido todos os encantos da vida agreste. Era simples, de atitudes graciosas, alta, morena. Trazia a desenvoltura da mocidade, a coragem conquistada no convívio dos homens da gleba. Sua figura atraía simpatias, e tanto assim, que não lhe faltara pretendentes. A um deles deveria pertencer, segundo a vontade paterna. (...)

Na calada da noite - escreveu Wallace Brockway e Bart Keith Winer, em “As grandes cartas da História” - em seu próprio

⁸⁴ Revista Club dos Amores, n. 161 (exemplar danificado - impossível outras referências) p. 3 e 31. ARQUIVO HISTÓRICO DA UFJF. Fundo Anita Garibaldi, caixa 19.

navio e sob a proteção de seus canhões e de seus companheiros, raptou-a Garibaldi. (...)

Como boa amazona cavalgava e lutava ao lado do marido, enfrentando com ele todos os perigos e criando os filhos nas selvas.

Ouvindo falar nos novos movimentos revolucionários que se estavam processando na Itália, Garibaldi partiu para sua terra e ali chegou em 1848. Em breve Anita, com os filhos, foram juntar-se a ele.

Em carta a Anita, ele dizia: *Escrevo para te informar que estou bem e marchando com Colinna sobre Anagni... Escreve-me, pois, imediatamente, preciso ter notícias tuas minha querida Anita; dá-me tuas impressões sobre os acontecimentos de Genova e de Toscana. Valente e heróica mulher...*

Quando Roma caiu, Garibaldi e seus companheiros encetaram a famosa retirada para Veneza. Perseguido pelos franceses, espanhóis, austríacos e napolitanos despistaram o inimigo e fugiram pelas colinas e pântanos. Anita acompanhou o marido durante a retirada cuidando dos feridos, levantando o moral dos homens e cavalgando ao lado de Garibaldi. Subitamente, adoeceu.

Foi ficando cada vez mais fraca, pedindo água, que não havia. Finalmente, nos pântanos de Ravena, não pode mais resistir, e morreu nos braços de Garibaldi.

ANEXO 06

ESTATUTO

Organização e fins da sociedade

Artigo 1 - Constitui-se uma sociedade de caráter democrático, com a finalidade cultural, recreativa e beneficente;

Artigo 2 - A associação terá sua sede nesta cidade de Juiz de Fora, e prazo de sua duração será indeterminado;

Artigo 3 - Compõe-se de ilimitado número de sócios brasileiros e italianos de ambos os sexos;

Artigo 4 - Não tem fins políticos, religiosos ou mercantis e não tem prevenções ou preconceitos de raça ou de cor;

Artigo 5 - Para consecução de sua finalidade a sociedade:

a) Realizará conferências, cursos e sessões culturais, mantendo uma biblioteca para uso dos associados;

b) Promoverá festas e reuniões sociais para seus associados e respectivas famílias;

c) Promoverá assistência médica, farmacêutica, hospitalar e jurídica para os associados que a requisitem;

d) Dará assistência moral e social aos órfãos menores de seus associados.

Parágrafo único - Os benefícios da letra “c” deste artigo, serão concedidos de acordo com o regimento interno do respectivo departamento.

Dos Sócios

Artigo 6 - Para ser admitido como sócio é necessário:

a) Ser apresentado por um sócio quite com a tesouraria;

b) Ser aprovado pela comissão de sindicância nomeada pela diretoria;

Artigo 7 - Os sócios dividem-se em:

- a) Fundadores;
- b) Contribuintes;
- c) Beneméritos;
- d) Honorários.

Parágrafo 1 - São sócios fundadores os que estarão presentes no ato da aprovação do presente estatuto e que assinaram a ata da fundação;

Parágrafo 2 - São sócios contribuintes os que ingressarem em seguida a assinatura e aprovação do Estatuto;

Parágrafo 3 - São sócios beneméritos os que doarem à sociedade, de uma só vez, quantia não inferior a dois mil cruzeiros ou que tenham prestado relevantes serviços à sociedade, a critério do Conselho Administrativo referendado pela Assembléia Geral;

Parágrafo 4 - São sócios honorários os que, ocupando posição social de escol e contribuam pelo progresso e prestígio da sociedade;

Parágrafo 5 - Os sócios honorários não gozam dos direitos facultados pela letra “c” do artigo 5.

Juiz de Fora 19 de julho de 1946

A obra
Núcleo Histórico e Arquitetônico da Avenida Barão do Rio Branco

(Parque Halfeld e L. do Riachuelo) / Nota Prévia de Pesquisa

da autoria de

Patrícia Falco Genovez,

publicada pela **CLIOEDEL** - Clio Edições Eletrônicas -
foi editada e formatada com a seguinte configuração de página:

tamanho do papel: A4,

orientação: paisagem,

margens superior e inferior:

3,17 cm,

margens esquerda e direita:

2,54 cm

medianiz: 0 cm,

distancias do cabeçalho

e rodapé em relação à

borda do papel: 1,25 cm.

O texto foi digitado em

Word 6.0 para Windows,

com fonte Times New Roman 14,

espaço 1,5 e recuo de parágrafo de 1,27 cm.

As notas de rodapé, com mesma fonte, mas tamanho 12.

E as transcrições de mais de 3 linhas

em itálico e com recuo de 2 cm à

esquerda e 0,5 cm à direita.

Os direitos autorais desta obra são propriedade da autora. A obra pode ser obtida gratuitamente através da BIBLIOTECA VIRTUAL DE HISTÓRIA DO BRASIL <<http://www.ufjf.br/~clionet/bvhbr>> e reproduzida eletronicamente ou impressa desde que para uso pessoal e sem finalidades comerciais e não sofra alterações em seu conteúdo e estrutura eletrônica.